

**RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007
SR/DPF/SC**

Unidades Descentralizadas (5):

Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC

Delegacia de Polícia Federal em Joinville/SC

Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira/SC

Delegacia de Polícia Federal em Lages/SC

Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC

SUMÁRIO

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	7
2. Responsabilidades Institucionais.....	8
2.1 Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	10
3. Estratégia de Atuação	10
4. Gestão de Programas e Ações.....	11
4.1. Programas	11
4.1.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo	11
4.1.1.1. Dados Gerais.....	11
4.1.1.2. Principais Ações do Programa	11
4.1.1.3. Gestão das Ações	12
4.1.1.3.1. Ação 2000 – Administração da Unidade	12
4.1.1.3.1.1. Dados Gerais	12
4.1.1.3.1.2. Resultados	14
4.1.2. Programa 1127 – Sistema Único de Segurança Pública.....	19
4.1.2.1. Dados Gerais.....	19
4.1.2.2. Principais Ações do Programa	19
4.1.2.3. Gestão das Ações	20
4.1.2.3.1. Ação 1F65 – Implantação de Infra-estrutura e de Sistemas vitais de suporte.....	20
4.1.2.3.1.1. Dados gerais	20
4.1.2.3.1.2. Resultados	21
4.1.2.3.2. Ação 8545 – Apoio à Repressão Qualificada	21
4.1.2.3.2.1. Dados gerais	22
4.1.2.3.2.2. Resultados	23
4.1.3. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	25
4.1.3.1. Dados gerais	25
4.1.3.2. Principais Ações do Programa	25
4.1.3.3. Gestão das ações.....	25

4.1.3.3.1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis	25
4.1.3.3.1.1. Dados Gerais	25
4.1.3.3.1.2. Resultados	26
4.1.4. Programa 0662 – Combate à Criminalidade	28
4.1.4.1. Dados Gerais.....	28
4.1.4.2. Principais Ações do Programa	28
4.1.4.3. Gestão das Ações	28
4.1.4.3.1. Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serv	28
4.1.4.3.1.1. Dados Gerais	29
4.1.4.3.1.2. Resultados	31
4.1.4.3.2. Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte,	33
4.1.4.3.2.1. Dados Gerais	35
4.1.4.3.2.2. Resultados	36
4.1.4.3.3. Ação 2720 – Operações de Carater Sigiloso	38
4.1.4.3.3.1. Dados Gerais	38
4.1.4.3.3.2. Resultados	38
4.1.4.3.4. Ação 2662 – Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da Polícia	43
4.1.4.3.4.1. Dados Gerais	43
4.1.4.3.4.2. Resultados	45
4.1.5. Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal	46
4.1.5.1. Dados Gerais.....	46
4.1.5.2. Principais Ações do Programa	46
4.1.5.3. Gestão das ações.....	47
4.1.5.3.1. Ação 1899 - Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico Científico	47
4.1.5.3.1.1. Dados Gerais	47
4.1.5.3.1.2. Resultados	48
5. Desempenho Operacional.....	49
6. Previdência Complementar Patrocinada	89
7. Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal.....	89

8. Operações de Fundos	89
ANEXO A.....	90
Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais	90
(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	90
ANEXO B.....	91
Demonstrativo de Perdas, Extravios ou Outras Irregularidades	91
(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	91
ANEXO C.....	92
Despesas com Cartão de Crédito Corporativo.....	92
(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	92
ANEXO D.....	107
Recomendações de Órgãos de Controle	107
(item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	107
ANEXO E.....	111
Demonstrativo de Transferências Realizadas no Exercício	111
(item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	111
ANEXO F.....	112
Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício de 2007	
(item 11 - do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	112

1. Identificação da unidade jurisdicionada

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional em Santa Catarina - SR/DPF/SC
natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
vinculação ministerial	Ministério da Justiça
normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 70665 de 02/06/1972, publicado no DOU de 05/06/1972 – cria as Superintendências Regionais Art. 144 da CF de 1988 – estabelece atribuições da Polícia Federal Decreto nº 6061 de 15/03/2007 – estabelece a estrutura Organizacional da Polícia Federal e atribuições infraconstitucionais Portaria nº 1825/MJ, de 13/10/2006 – aprova o Regimento Interno do DPF
CNPJ	00.394.494/0039-09
nome e código no SIAFI	SR/DPF/SC
código da UJ titular do relatório	
códigos das UJ abrangidas	não consolida outras unidades

endereço completo da sede	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, nº 4744, Agrônômica, CEP 88025-255, Florianópolis/SC, Fone (48) 3281-6500, Fax (48) 3281-6600, e-mail gab.srsc@dpf.gov.br	
endereço da página institucional na internet	www.dpf.gov.br	
situação da unidade quanto ao funcionamento	em funcionamento	
função de governo predominante	Segurança pública	
tipo de atividade	Policial	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	TESOURO	200370
	FUNAPOL	200371

2. Responsabilidades institucionais

Cumpra à Superintendência Regional em Santa Catarina a execução, no Estado de Santa Catarina, das atividades-fim estabelecidas em lei à Polícia Federal, em consonância com as diretrizes aplicadas à segurança pública emanadas pelo Governo Federal e pela Direção-Geral do DPF, compreendendo:

- I - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;
- II - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
- III - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- IV - efetuar o controle e a fiscalização sobre produtos, insumos e precursores químicos;
- V - prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- VI - apurar os infrações penais contra a organização do trabalho, o sistema financeiro, a ordem econômico-financeira e tributária;
- VII - apurar crimes praticados contra o sistema previdenciário da União;

- VIII - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas;
- IX - apurar infrações de ingresso e permanência irregular de estrangeiros em território nacional;
- X - apurar infrações penais cometidas a bordo de navios e aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
- XI - organizar, executar e manter os serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas de fogo, além de conceder e expedir porte federal de arma;
- XII - reprimir e apurar crimes políticos e eleitorais;
- XIII - apurar infrações contra os direitos indígenas;
- XIV - apurar infrações penais cometidas contra o meio ambiente e patrimônio histórico e cultural da União;
- XV - apurar outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal, segundo se dispuser em lei;
- XVI - fiscalizar e supervisionar o cumprimento das normas de segurança para estabelecimentos bancários;
- XVII - autorizar, credenciar, fiscalizar e supervisionar o funcionamento das empresas de segurança privada e de transporte de valores;
- XVIII - realizar ações de inteligência e de contra-inteligência destinadas à prevenção e repressão criminal, e a instrumentar o exercício de polícia judiciária e de apuração de crimes, na esfera de sua competência, observados os direitos e garantias individuais;
- XIX - realizar coleta, busca e análise de dados de interesse policial, destinados a orientar o planejamento e a execução de suas atribuições;
- XX - apurar outras infrações penais por requisição do Ministro de Estado da Justiça;
- XXI - exercer, com exclusividade, as atividades de perícia criminal da União;
- XXII - exercer, no âmbito da atividade de polícia judiciária da União, as atividades de identificação humana, necessárias à segurança pública e aos procedimentos pré-processuais e processos judiciais;
- XXIII - realizar correições e inspeções, em caráter permanente e extraordinário, na esfera de sua competência;
- XXIV - exercer outras atribuições previstas na Constituição, na lei e nos tratados e convenções internacionais.

2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

À SR/DPF/SC, como unidade operacional executora das atribuições que incumbem à Polícia Federal, cabe planejar, dirigir, coordenar, executar e controlar as atividades-fim do DPF e administrar as delegacias de polícia federal a ela vinculadas, sempre em consonância com as normas legais vigentes, com as diretrizes emanadas das unidades centrais e, considerando os programas e ações do Governo Federal voltados à segurança pública.

Também, executa atividades de polícia administrativa, tais como emissão de passaportes; registro, cadastro, controle e fiscalização de armas de fogo, expedição de porte federal de arma; controle e a fiscalização sobre produtos, insumos e precursores químicos; fiscalização e supervisão do cumprimento das normas de segurança para estabelecimentos bancários; expedição de carteiras de vigilantes; controle e fiscalização de empresas de segurança; além da autorização, credenciamento, fiscalização e supervisionamento do funcionamento das empresas de segurança privada e de transporte de valores.

No exercício de 2007 foram priorizadas ações, com expressivos os resultados, no combate à corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, tráfico de entorpecentes, contrabando, crimes contra o meio ambiente, tráfico de armas, tráfico de pessoas e crimes cometidos via internet.

É importante consignar que a SR/DPF/SC, no exercício de 2007, contou com número insuficiente de policiais federais e de servidores administrativos, o que não impediu estender as frentes de investigações e de operações policiais em nível consentâneo com a demanda. Por outro lado foram expressivas as ações da Direção-Geral voltadas ao fortalecimento institucional e modernização do DPF, materializadas por meio de diversos cursos de formação e especialização policial e de investimentos em modernos materiais e equipamentos aplicados às atividades policiais.

3. Estratégia de atuação

A estratégia de atuação da SR/DPF/SC se pautou no fortalecimento dos segmentos de inteligência policial dedicados às ações de investigação e de operações policiais, com o objetivo de aumentar a efetividade das ações.

Essa estratégia se mostrou eficiente, resultando em elevado número de ações tempestivas.

Nesse contexto, merece registro a fragilidade da estrutura organizacional da SR/DPF/SC. Mister se faz urgente fortalecimento para possibilitar a formalização de unidades administrativas não reconhecidas na estrutura, mas indispensáveis para

conferir agilidade à tramitação e expedição de documentos, e realização de procedimentos de polícia judiciária.

4. Gestão de programas e ações

4.1. Programas

- a) Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO;
- b) Programa 1127 – SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA;
- c) Programa 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO;
- d) Programa 0662 – COMBATE À CRIMINALIDADE;
- e) Programa 1353 – MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL;

4.1.1. Programa 0750 – Apoio administrativo

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os Órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Informação indisponível
Gerente executivo	Informação indisponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Governo

4.1.1.2. Principais ações do programa

A ação nº 2000 – Administração da Unidade materializa o objetivo do programa na SR/DPF/SC, custeando a Unidade para possibilitar o desenvolvimento das atividades-fim do DPF.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade

4.1.1.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Custeio
Finalidade	Construir um centro de custos administrativos das atividades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.14/112

Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.1.3.1.2. Resultados

Nesta ação, que custeava as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, foi efetivado o pagamento de diárias, passagens, material de consumo, locação de imóveis, serviços terceirizados de apoio administrativo, técnico e operacional, de limpeza e conservação, vigilância Ostensiva, e serviços de copa e cozinha, além da manutenção e conservação de bens imóveis e veículos, e serviços de telecomunicação, processamento de dados e de fornecimento de energia elétrica.

O valor liquidado em 2007 foi R\$ 6.727.765,45, incorporando o pagamento das seguintes principais despesas:

REFERÊNCIA			CONTA	VALOR
	Outros Benefícios Assist.	Auxílio Funeral Ativo Civil	31900801	6.500,00
DIÁRIAS	Diárias no País		33901414	165.401,18
	Diárias no Exterior		33901416	-
PASSAGENS	Passagens para o País		33903301	232.632,79
	Passagens para o Exterior		33903302	27.824,36
DESPESAS	Material de Consumo	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	33903001	451.079,33
		Material p/ Manutenção de Veículos	33903039	278.994,84
		Material de Processamento de Dados	33903017	85.183,11
		Material de Expediente	33903016	72.617,57
		Material p/ Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	33903024	33.808,22
	Outros Serv. Terceiros - PF	Locação de Imóveis	33903615	10.198,00
	Locação de Mão-de-obra	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	33903701	768.494,42
		Limpeza e Conservação	33903702	725.215,87
		Vigilância Ostensiva	33903703	328.473,98
		Serviços de Copa e Cozinha	33903705	69.774,01
	Outros Serv. Terceiros - PJ	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	33903916	153.039,64
		Manutenção e Conservação de Veículos	33903919	143.640,10
		Serviços de Telecomunicações	33903958	670.783,17
		Serviços de Processamento de Dados	33903957	428.481,46
		Serviços de Energia Elétrica	33903943	327.584,21

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.15/112

DIÁRIAS	Diárias no País		33901414	12.393,36
	Diárias no Exterior		33901416	-
PASSAGENS	Passagens para o País		33903301	76.364,11
	Passagens para o Exterior		33903302	-
DESPEASAS	Material de Consumo	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	33903001	81.832,15
	Outros Serv. Terceiros - PF	Locação de Imóveis	33903615	1.647,52
	Locação de Mão-de-obra	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	33903701	99.766,93
		Limpeza e Conservação	33903702	75.047,99
		Vigilância Ostensiva	33903703	19.145,86
		Serviços de Copa e Cozinha	33903705	4.076,41
	Outros Serv. Terceiros - PJ	Locação de Imóveis	33903910	10.344,00
		Fornecimento de Alimentação	33903941	14.899,55
		Serviços de Energia Elétrica	33903943	95.001,44
		Serviços de Processamento de Dados	33903957	33.401,76
		Fretes e Transportes de Encomendas	33903974	17.767,08

A necessidade e importância das despesas podem ser assim sintetizadas:

- a) Diárias e passagens: custeio de pequena parte da movimentação policial para participar de missões policiais e/ou operações policiais em localidades do território brasileiro, que não da lotação do servidor, tendo em vista que o DPF tem atuação nacional.

No exercício, foi possível a realização de 1008 missões policiais e o cumprimento de 94 ordens de serviço administrativo.

- b) Material de consumo: custeio das necessidades de materiais de expediente, combustíveis e lubrificantes, material para manutenção de viaturas, material de processamento de dados, materiais para manutenção das instalações, para possibilitar a realização das atividades-fim e das atividades-meio que incumbem à SR/DPF/SC.

A título de referencial, para efeito de avaliação do consumo de materiais em 2007, o quadro de servidores da SR/DPF/SC totaliza 417 servidores do quadro policial e 60 servidores do quadro administrativo.

A frota de viaturas amparada em contratos de manutenção é de 134 veículos.

As instalações físicas que receberam manutenção compreendem 16.222,48 m².

Tendo em vista o bom estado de conservação das instalações e veículos, ainda a qualidade dos serviços prestados e os resultados operacionais alcançados, os valores liquidados podem ser considerados “de acordo”.

O parque de informática totaliza cerca de 500 microcomputadores, que rodam aplicativos comuns de mercado, e vários bancos de dados institucionais, e aplicativos especialmente desenvolvidos para atividade policial de levantamento, tratamento, armazenamento e disponibilização de dados de investigação policial, e que demandam contínuos serviços de manutenção.

c) Locação de um imóvel para instalação de unidade operacional descentralizada.

Refere-se ao imóvel de 1.231m², utilizado como sede da Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC, tendo em vista que o DPF não possui imóvel próprio na localidade.

d) locação de mão-de-obra, compreendendo 46 postos de trabalho de apoio administrativo, técnico e operacional, e de 32 postos de trabalho de limpeza e conservação de bens imóveis, de vigilância ostensiva de instalações policiais, e de 4 postos de trabalho para serviços de copa.

Essas contratações possibilitaram a realização das tarefas necessárias para operacionalização de atividades não finalísticas da SR/DPF/SC, que, pela especificidade, não são possíveis de realização com servidores dos quadros da SR/DPF/SC, pela inexistência de cargos e/ou carência de servidores.

Merece menção que a locação de mão-de-obra de apoio se mostrou aquém da demanda, sinalizando a real necessidade de ampliação no próximo exercício.

Todas as aquisições e contratações foram processadas em estrita consonância à legislação aplicada, e os contratos foram fiscalizados por agentes formalmente designados.

Todo recurso proveio do Tesouro Nacional e a descentralização, quando aplicável, pautou-se nos respectivos planos de trabalho e/ou projetos básicos, e foi realizada pela unidade central, denominada Coordenação de Orçamento e Finanças.

Nessa Ação, no período, não houve manifestação que mereça destaque, dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	6.727.765,45

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta providência somente surtirá efeito no Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação ação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

Na avaliação dos resultados do Programa Apoio Administrativo, devem ser aportados parte significativa do desempenho da área policial operacional e todos os resultados obtidos pelos serviços de polícia administrativa realizados pela SR/DPF/SC, aqui

consideradas as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; organizar, executar e manter os serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas de fogo, além de conceder e expedir porte federal de arma; fiscalizar e supervisionar o cumprimento das normas de segurança para estabelecimentos bancários; autorizar, credenciar, fiscalizar e supervisionar o funcionamento das empresas de segurança privada e de transporte de valores, bem como as atividades de perícia criminal da União.

Considera-se na avaliação dos resultados apenas parte do desempenho da área policial operacional, porque o custeio da execução da atividade policial também é realizado pelo Programa 0662 – Combate à Criminalidade, tendo em vista que a atividade policial congrega diversas fases em suas execução.

Em geral, a atividade policial inclui serviços relacionados à instrução de procedimentos pré-processuais, investigação policial (levantamento de dados em bancos de dados corporativos e extra corporação, sistemas de coleta, vigilâncias e demais fontes de dados), tratamento e análise de dados, preparação e deflagração de operações policiais, levantamento de dados de materiais apreendidos, exames periciais, identificação criminal, cumprimento de mandados de busca e apreensão e de prisão, prisão em flagrante delito, acompanhamentos, vigilâncias, segurança, registros, custódia e outros.

O rateio dos custos nos dois Programas que dão suporte à atividade policial está condicionado à particularidade de cada ação, portanto não é sistêmico, mas dependente, em via geral, da estratégia de atuação, do nível de periculosidade das ações, do local de atuação, das dificuldades enfrentadas durante as ações, do grau de sigilo, da área e local de atuação do(s) agente(s) criminoso(s), da logística requerida (necessidades de materiais e serviços especiais), do tempo necessário para concretização, do tamanho, especialidade e local de lotação das equipes requeridas, e da forma de processamento e dos equipamentos utilizados nos levantamentos e tratamentos de informações.

Assim, os seguintes resultados tiveram parte significativa de sustentação no Programa 0750 – Apoio Administrativo, Ação 2000 – Administração da Unidade, tendo sido consideradas, em especial, as concretizações relacionadas à operações policiais, inquéritos, apreensões de entorpecentes e atuação de polícia administrativa (são mostrados também os quantitativos do ano anterior, para efeito de comparação):

ATIVIDADE	QUANTIDADE	
	ANO 2006	ANO 2007
OPERAÇÕES POLICIAIS	(*)	30

IPL INSTAURADOS	3.110	2.490
IPL RELATADOS	1.154	1.008
SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS	559.963,90g	657.786,53g
LAUDOS PERICIAIS	975	1.138
PASSAPORTES EMITIDOS	21.215	20.234
CARTEIRAS DE ESTRANGEIROS EMITIDAS	1.097	1.098
CARTEIRAS DE VIGILANTES EMITIDAS	4.046	2.278
VISTORIAS REALIZADAS POR ANO PELA DELEGACIA DE SEGURANÇA PRIVADA	1.301	522
REGISTROS DE ARMAS	3.198	13.775

(*) inexistia levantamento.

A avaliação do desempenho está apresentada no item 5, deste Relatório.

4.1.2. Programa 1127 – Sistema único de segurança pública

4.1.2.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações
Gerente do programa	Antônio Carlos Biscaia
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice sintético de desempenho
Público-alvo (beneficiários)	Operadores de Segurança Pública

4.1.2.2. Principais ações do programa

A ação nº 1F65 – Implantação de Infra-Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte e a Ação nº 8545 – Apoio à Repressão Qualificada, materializam o objetivo do programa

na SR/DPF/SC, custeando diárias para as ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007, e para realização de missões policiais em Unidades da Federação, que não a de lotação do servidor, para o desenvolvimento de ações no combate à criminalidade organizada, coordenadas pela SR/DPF/SC ou em apoio a outros órgãos de persecução criminal.

4.1.2.3. Gestão das ações

4.1.2.3.1. Ação 1F65 – Implantação de infra-estrutura e de sistemas vitais de suporte

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	PROJETO
Finalidade	Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.
Descrição	Implantação de sistema único de comunicação e comando/controle, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmeras no estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp.
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	José Hilário Nunes Medeiros

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível
---	---------------------------

4.1.2.3.1.2. Resultados

Nesta ação foram custeadas, principalmente, todas as diárias, passagens e material de consumo necessário à prestação de serviços de suporte às ações de segurança pública, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, durante a realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

O valor liquidado foi de R\$ 975.425,32, incorporando o pagamento das seguintes principais despesas:

REFERÊNCIA			CONTA	VALOR
DIÁRIAS	Diárias no País		33901414	787.734,30
PASSAGENS	Passagens para o País		33903301	78.086,22
DESPEASAS	Material de Consumo	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	33903023	31.107,16

A necessidade e importância das despesas e os resultados decorrentes podem ser demonstrados pela inexistência de evento significativo de perturbação da ordem pública, durante todo o período de realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Foi possível a realização de missões policiais com o deslocamento de 124 policiais, correspondente a 26,3% do quadro efetivo da SR/DPF/SC.

Nessa Ação não houve manifestação dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	975.425,32

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

4.1.2.3.2. Ação 8545 – Apoio à repressão qualificada

4.1.2.3.2.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade.

Descrição	Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo o território nacional. Operações Integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio aos órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas do território nacional; Operações combinadas de segurança pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
Unidades executoras	SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	João Francisco Goulart dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.2.3.2.2. Resultados

Nesta Ação foram custeadas diárias para o cumprimento de atividades integradas e operações especiais de segurança pública, voltadas ao controle e repressão da criminalidade, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, durante a realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

O valor liquidado foi de R\$ 397.789,09, conforme tabela abaixo:

REFERÊNCIA		CONTA	VALOR
DIÁRIAS	Diárias no País	33901414	397.789,09

A necessidade e importância das despesas e os resultados decorrentes podem ser demonstrados pela inexistência de evento significativo de perturbação da ordem

pública, durante todo o período de realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Foi possível a realização de missões policiais com o deslocamento de 124 policiais, o que corresponde a 26,3% do quadro efetivo da SR/DPF/SC.

Nessa Ação não houve manifestação dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	397.789,09

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

4.1.3. Programa 0089 – Previdência de inativos e pensionistas da união

4.1.3.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

4.1.3.2. Principais ações do programa

A ação nº 0181 – Pagamento de Aposentadorias e pensões – Servidores Civis materializa o objetivo do programa na SR/DPF/SC.

4.1.3.3. Gestão das ações

4.1.3.3.1. Ação 0181 – Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	OPERAÇÕES ESPECIAIS
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.3.3.1.2. Resultados

Nesta ação foram custeadas despesas de auxílio funeral e de cumprimento de sentença judicial transitada em julgado.

O valor liquidado foi de R\$ 69.899,69, conforme quadro abaixo:

REFERÊNCIA			CONTA	VALOR
DESPESAS	Outros benefícios assistenciais	Auxilio Funeral Inativo Civil	31900803	2.537,35
	Sentenças Judiciais	SJ Transitada Julgada – Pensionista Civil	31909141	67.362,34

A necessidade e a importância das despesas se devem ao estrito cumprimento da legislação aplicada.

Não houve manifestação dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas	Realizadas
-----------	------------

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.27/112

Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	69.899,69

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

4.1.4. Programa 0662 – Combate à criminalidade

4.1.4.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Gerente do programa	Não possui
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

4.1.4.2. Principais ações do programa

A ação nº 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União, a Ação nº 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos, e a Ação 2720 – Operações de Caráter Sigiloso, materializam o objetivo do programa na SR/DPF/SC, custeando o desenvolvimento desses segmentos de atividades-fim da Unidade.

4.1.4.3. Gestão das ações

4.1.4.3.1. Ação 2726 – Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da união

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Leandro Daiello Coimbra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.4.3.1.2. Resultados

Nesta ação, que custeia as despesas que possibilitam a execução das atividades-fim da SR/DPD/SC, foi efetivado o pagamento de diárias, material de consumo, serviços de manutenção, locação de equipamentos, e manutenção e locação de bens.

O valor liquidado em 2007 foi de R\$ 1.966.769,58, incorporando o pagamento das seguintes principais despesas:

REFERÊNCIA		CONTA	VALOR	
DIÁRIAS	Diárias no País	33901414	1.874.451,10	
	Diárias no Exterior	33901416	13.145,97	
DESPESAS	Material de Consumo	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	33903001	25.917,42
		Material p/ Manutenção de Veículos	33903039	2.166,85
		Material de Processamento de Dados	33903017	8.104,70
		Material de Expediente	33903016	6.400,78
		Material p/ Manutenção de Bens Móveis	33903025	1.393,42
	Outros Serv. Terceiros - PJ	Manutenção e Conservação de Veículos	33903919	9.942,00
		Manutenção e Conservação de Máq./Equip.	33903917	7.603,00
		Locação de Máquinas e Equipamentos	33903912	5.822,00
		Manut. e Cons. de Bens Móveis Outras Naturezas	33903920	1.955,00
		Locação de Bens Móveis Outras Naturezas	33903914	2.400,00

A necessidade e importância das despesas podem ser assim sintetizadas:

- a) Diárias e passagens: custeio da movimentação policial para participar de missões policiais e/ou operações policiais em localidades do território brasileiro, que não da lotação do servidor, tendo em vista que o DPF tem atuação nacional.

Foi possível a realização de 1008 missões policiais e o cumprimento de 94 ordens de serviço administrativo.

- b) Material de consumo: custeio de materiais para manutenção de veículos, processamento de dados, material de expediente e material para manutenção de bens móveis.

A título de referencial, para efeito de avaliação do consumo de materiais de materiais em 2007, o quadro de servidores da SR/DPF/SC, totaliza 417 policiais e 60 servidores administrativos.

A frota de viaturas é de 134 veículos.

As instalações físicas compreendem 16.222,48 m².

Tendo em vista o bom estado de conservação das instalações e veículos, a qualidade dos serviços prestados e os resultados operacionais alcançados, os valores liquidados podem ser considerados “de acordo”.

Todas as aquisições e contratações foram processadas em estrita consonância à legislação aplicada.

A descentralização de recursos foi amparada nos respectivos planos de trabalho e/ou projeto básico, e realizada pela unidade central, denominada Coordenação de Orçamento e Finanças.

Nesta Ação, no período, não houve manifestação que mereça destaque, dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	1.966.769,58

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

Na avaliação dos resultados da Ação devem ser aportados os resultados obtidos pelos serviços de polícia administrativa realizados pela SR/DPF/SC, aqui consideradas as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; organizar, executar e manter os serviços de registro, cadastro, controle e fiscalização de armas de fogo, além de conceder e expedir porte federal de arma; fiscalizar e supervisionar o cumprimento das normas de segurança para estabelecimentos bancários; autorizar, credenciar, fiscalizar e supervisionar o funcionamento das empresas de segurança privada e de transporte de valores, bem como as atividades de perícia criminal da União.

Considera-se na avaliação boa parte dos resultados da área policial operacional, porque o custeio da execução da atividade policial também é realizado pelo Programa 0750 – Apoio Administrativo, tendo em vista que esta atividade congrega diversas fases.

Em geral, a atividade policial inclui serviços relacionados à instrução de procedimentos pré-processuais, investigação policial (levantamento de dados em bancos de dados corporativos e extra corporação, sistemas de coleta, vigilâncias e demais fontes de dados), tratamento e análise de dados, preparação e deflagração de operações policiais, levantamento de dados de materiais apreendidos, exames periciais, identificação criminal, cumprimento de mandados de busca e apreensão e de prisão, prisão em flagrante delito, acompanhamentos, vigilâncias, segurança, registros e custódia.

O rateio dos custos nos dois Programas que dão suporte à atividade policial está condicionado à particularidade de cada ação, portanto, não é sistêmico, mas dependente, em via geral, da estratégia de atuação, do nível de periculosidade das ações, do local de atuação, das dificuldades enfrentadas durante as ações, do grau de sigilo, da área e local de atuação do(s) agente(s) criminoso(s), da logística requerida

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.34/112

(necessidades de materiais e serviços especiais), do tempo necessário para concretização, do tamanho, especialidade e local de lotação das equipes requeridas, e da forma de processamento e dos equipamentos utilizados nos levantamentos e tratamentos de informações.

Assim, os seguintes resultados tiveram parte significativa de sustentação no Programa 0662 – Combate à Criminalidade, tendo sido consideradas, em especial, as concretizações relacionadas a operações policiais, inquéritos, apreensões de entorpecentes e atuação de polícia administrativa.

ATIVIDADE	QUANTIDADE	
	ANO 2006	ANO 2007
OPERAÇÕES POLICIAIS	(*)	30
IPL INSTAURADOS	3.110	2.490
IPL RELATADOS	2.175	2.467
SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS	559.963,90g	657.786,53g
LAUDOS PERICIAIS	975	1.138
PASSAPORTES EMITIDOS	21.215	20.234
CARTEIRAS DE ESTRANGEIROS EMITIDAS	1.097	1.098
CARTEIRAS DE VIGILANTES EMITIDAS	4.046	2.278
VISTORIAS REALIZADAS POR ANO PELA DELEGACIA DE SEGURANÇA PRIVADA	1.301	522
REGISTROS DE ARMAS	3.198	13.775

(*) inexistia levantamento.

A avaliação do desempenho está apresentada no item 5, deste Relatório.

4.1.4.3.2. Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos

4.1.4.3.2.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Tude Tupy Fonseca

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível
---	---------------------------

4.1.4.3.2.2. Resultados

Nesta ação, que custeia principalmente o pagamento de diárias e de passagens relacionadas à fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, o valor liquidado em 2007 foi de R\$ 162.007,11, conforme tabela abaixo:

REFERÊNCIA			CONTA	VALOR
DIÁRIAS	Diárias no País		33901414	149.962,98
	Diárias no Exterior		33901416	-
PASSAGENS	Passagens para o País		33903301	12.024,13
	Passagens para o Exterior		33903302	-
DESPESAS	Material de Consumo	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	33903001	20,00

A necessidade e importância das despesas está orientada para a finalidade precípua, ou seja, fiscalização e controle do uso de produtos químicos.

Síntese das realizações no período:

Ordens de missão	08
Inspeções prévias	24
Fiscalizações	25
Notificação/Termo de ciência	12
Renovações de CLF	194
Expedições (emissões) de CRC	80
Alterações cadastrais	59
Total de arrecadação	R\$ 234.100,00

A descentralização dos recursos foi realizada pela unidade central, denominada Coordenação de Orçamento e finanças.

Nessa Ação, no período, não houve manifestação que mereça destaque, dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	162.007,11

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação ação (código do projeto, descrição finalidade e organism o financiad or)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

4.1.4.3.3. Ação 2720 – Operações de caráter sigiloso

4.1.4.3.3.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorenz de Azevedo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.4.3.3.2. Resultados

Nesta ação, que custeava as despesas inerentes a operações de caráter sigiloso, foi efetivado o pagamento de material de consumo e de serviços pessoa física e pessoa jurídica.

O valor liquidado foi de R\$ 153.684,92, conforme tabela abaixo:

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.39/112

REFERÊNCIA			CONTA	VALOR
DESPESAS	Material de Consumo	Material de Caráter Secreto ou Reservado	33903052	12.369,12
	Outros Serv. Terceiros - PF	Serviços de Caráter Secreto ou Reservado	33903624	80.587,00
	Outros Serv. Terceiros - PJ	Serviços de Caráter Secreto ou Reservado	33903942	60.728,80

Quase toda operação policial tem, em determinada fase, características de operações de caráter sigiloso, especialmente quando encerra missões de natureza especial, nas Áreas de Inteligência e de Contra-Inteligência Policial, que para sua execução, além de treinamento especializado de seus integrantes, exigem rito e técnicas especializadas.

Durante o desempenho dessas atividades diferenciadas surge, seguidamente, a necessidade de aquisição de materiais e de contratação de serviços complexos ou comuns, mas que se afiguram de extrema importância no contexto em que se desenvolve a operação policial.

Essas demandas emergenciais no curso de operações policiais sigilosas e por vezes secretas exigem soluções imediatas e, no mais das vezes, dadas às características do trabalho realizado, não podem seguir os ritos ordinários de aquisição, pelo fato de que a instrução de processos dessa natureza, além de demandar lapso temporal que torna determinadas ações confidenciais intempestivas, também sua instrução obriga a consignação de informações que podem fornecer indícios ou indicativos que venham a comprometer a efetividade das ações policiais em andamento, colocando, inclusive, em risco a integridade física de seus executores.

O rateio dos custos de operações policiais, nos Programas e ações que dão suporte à atividade, está condicionado à particularidade de cada ação, portanto não é sistêmico, pois depende, em via geral, da estratégia de atuação, do nível de periculosidade das ações, dificuldades enfrentadas durante as ações, grau de sigilo, área e local de atuação do(s) agente(s) criminoso(s), logística demandada (necessidades de materiais e serviços especiais), tempo necessário para concretização, especialidade e local de lotação das equipes requeridas, e forma e equipamentos utilizados nos levantamentos e tratamentos de informações.

Nesse contexto, os resultados decorrentes dos valores liquidados na Ação 2720 – Operações de Caráter Sigiloso permeiam praticamente todas as operações policiais realizadas no período, como por exemplo:

- a) MOEDA VERDE – desmantelou organização criminosa infiltrada na máquina administrativa, presente nos Poderes Executivo e Legislativo. Foram cumpridos 30 Mandados de Busca e Apreensão e 22 Mandados de Prisão Temporária na cidade de Florianópolis/SC, e participam da operação 170 Policiais Federais.

- b) VENTO SUL – desarticulou organizações criminosas do sul catarinense dedicada à prática do contrabando de cigarros oriundos do Paraguai e à lavagem de valores decorrente desse crime, bem como à importação de medicamentos sem registro na ANVISA, entre outras infrações penais apuradas no transcurso das investigações. Foram cumpridos presas mais de 30 pessoas e apreendidas mais de 2.000 caixas de cigarros, além de 3 caminhões e 30 automóveis e vans utilizados para o transporte das mercadorias. Estimou-se que a organização realizava movimentação mensal de aproximadamente R\$ 2.500.000,00 e a supressão de cerca de R\$1.000.000,00 em tributos federais. Participam da operação 100 Policiais Federais.
- c) CAIXEIRO VIAJANTE - desmantelou quadrilha dedicada ao cometimento de diversos delitos, dentre os quais, arrombamentos de caixas eletrônicos, financiamentos bancários fraudulentos e desvios de cargas, com espectro de atuação em 5 Estados. Foram cumpridos 12 mandados de prisão preventiva, 02 mandados de prisão temporária e 21 mandados de busca e apreensão com o emprego de cerca de 150 policiais federais.
- d) OURO VERDE – desarticulou organização criminosa que atuava em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mantenedora de uma instituição financeira clandestina destinada a operar no mercado de câmbio paralelo, a administrar recursos como se banco fosse e a promover a evasão de divisas via sistema denominado “cabo” e internalização de capitais mediante o sistema “hawala”; e lavar dinheiro, inclusive do tráfico de drogas. Os principais clientes da organização são grandes empresários do ramo de importação e exportação que movimentavam por dia, aproximadamente R\$ 1 milhão, somente em território gaúcho. Os dados coletados remontam a 1996, estimando-se que a organização criminosa tenha movimentado nesse período mais de R\$ 2,5 bilhões. Uma das principais atividades ilícitas prestadas pelo grupo consistia no recebimento e remessa de valores para o exterior através de canais financeiros ilegais, não declarados às autoridades competentes, e sem o conhecimento do Banco Central. Dessa forma, a organização criminosa ocultava e lavava o dinheiro obtido com a prática de diversos crimes, especialmente de contrabando e descaminho. Também há indícios de que nesse esquema poderia estar sendo lavado dinheiro oriundo do tráfico de drogas, cujos valores tinham como destino final os mais diversos paraísos fiscais. Com desmembramento da investigação foram instaurados 36 inquéritos policiais e foi constituída força-tarefa com a Receita Federal – atual Receita Federal do Brasil - a fim de subsidiar aquele órgão fiscal na instauração de ações fiscais contra os alvos da investigação. Na deflagração da Operação foram cumpridos 74 mandados de busca, 13 mandados de prisão temporária e 3 mandados de prisão preventiva. Ainda, foram apreendidos milhares de reais em moedas estrangeira e nacional, bem como cheques de viagens e títulos de crédito. Foram apreendidos também várias ações ao portador referentes às *off-shores*

mantidas por vários investigados no exterior. A operação exigiu 361 policiais federais para cumprir as missões definidas pelos mandados.

- e) Os Primeiros Resultados da Operação Ouro Verde revelam o relativo sucesso da investigação. Quanto à questão arrecadatória, alguns investigados retificaram suas declarações de imposto de renda pessoa jurídica em um total avaliado pela Receita Federal do Brasil de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Quanto aos efeitos penais, os dois doleiros líderes do esquema encontram-se presos preventivamente desde 30/03/2007 e tiveram *Habeas Corpus* negados (seja em sede liminar, seja no mérito) no TRF da 4.^a região, no STJ e no STF. No primeiro processo decorrente do IPL 129/2007-DPF/JVE/SC ambos foram denunciados por evasão de divisas, instituição financeira clandestina, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro (modalidade ocultação). Rogério Luis Gonçalves foi condenado à pena de 19 anos, 6 meses e 5 dias de reclusão e ao pagamento de 540 dias-multa, no valor unitário de 10 salários mínimos (R\$ 2.052.000,00) e Clovis Marcelino Gonçalves à 17 anos e 6 meses de reclusão e ao pagamento de 390 dias-multa, no valor unitário de 5 salários mínimos (R\$ 741.000,00). Com eles foram condenados outros 3 partícipes e co-autores a penas que variam entre 1 ano e 10 meses e 2 anos e 8 meses de reclusão. Foi dado perdimento dos valores bloqueados nas 110 contas-correntes do Grupo Roger. Ainda, os doleiros e seus familiares respondem ao IPL 171/2007-DPF/JVE/SC referente à lavagem de dinheiro (modalidade colocação no mercado lícito) e aqueles dois a processo decorrente da lavagem de dinheiro do tráfico de drogas – Cartel de Juarez no México. Além deles, outros 47 empresários e cambistas já respondem a inquéritos que foram desmembrados do inquérito-mãe. Dentre os fatos investigados apura-se evasão de divisas, formação de quadrilha, instituição financeira clandestina, sonegação fiscal, fraude cambial, contrabando.
- f) CONEXÃO CRICIUMA - desarticulou organização criminosa que atua intensamente no tráfico internacional de entorpecentes. As investigações iniciaram no ano de 2005, por meio de diversas informações do envolvimento de Celso Gomes, natural de Criciúma, com o tráfico internacional de entorpecentes. Estando, inclusive, envolvido com o transporte de 2,5 toneladas de cocaína para a Europa. A apreensão foi realizada pela Polícia espanhola com a efetiva participação da Polícia Federal brasileira.
- g) BIG APPLE - desarticulou esquema de contrabando do agrotóxico metilciclopropeno ou MCP, usado no armazenamento de maçãs em câmaras frigoríficas. O MCP bloqueia a ação do etileno, retardando a maturação dos frutos e aumentando o período de armazenamento. Foram cumpridos 8 mandados de busca e apreensão e apreendidos, dentre outras mercadorias, 3240 frascos do agrotóxico MCP contrabandeado da China. Estima-se que a comercialização do MCP contrabandeado geraria mais de R\$ 1.300.000,00 ao esquema ilícito.

- h) PLASCEBO – combateu quadrilha que atuava na venda ilegal de medicamentos pela rede mundial de computadores. As investigações apontaram que o grupo se utilizava de páginas da internet para a comercialização de medicamentos anabolizantes, abortivos, falsificados em laboratórios clandestinos e até remédios que não causavam efeito algum (os chamados placebos). Foram cumpridos mandados de prisão e de busca e apreensão nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- i) FARRAPOS – cumpriu mandado de busca e apreensão na casa localizada em Jurerê internacional – Florianópolis/SC, de propriedade do Colombiano Juan Carlos Ramirez Abadia, preso pela Polícia Federal na cidade de São Paulo. Na operação foram encontrados diversos documentos e 122 mil euros.

A descentralização dos recursos foi realizada pela unidade central, denominada Coordenação de Orçamento e finanças.

Nessa Ação não houve manifestação dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	153.684,92

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

4.1.4.3.4. Ação 2662 – Capacitação e especialização de recursos humanos da Polícia Federal para o combate à criminalidade

4.1.4.3.4.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	capacitar servidores, em suas diversas áreas de atuação, assegurando que todas as ações policiais e administrativas do DPF sejam executadas por pessoal devidamente qualificado, não só em relação aos conhecimentos técnicos, como também aos aspectos relacionados à execução dessas ações.

Descrição	Capacitação dos servidores do DPF, policiais e administrativos, em suas diversas áreas de atuação, tendo como base a transformação da Academia Nacional de Polícia em centro de excelência no aperfeiçoamento de profissionais da Segurança Pública, empreendendo projetos de cooperação técnica com outros países ou com agências nacionais e internacionais congêneres; promoção de cursos de sobrevivência na selva e primeiros socorros, em Manaus/AM, periodicamente, específicos para policiais civis, militares e federais e também para outros servidores; reestruturação dos cursos Superior e Especial de Polícia, de cursos de gestão pública, de cursos de formação de pilotos e todos os demais necessários ao adequado desempenho das ações policiais e administrativas. Implementação de ações de capacitação de recursos humanos, em parceria com outras entidades, fomentando o desenvolvimento da Fundação de apoio à Academia Nacional de Polícia e custeio de despesas com deslocamento de servidores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Anisio Soares Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

4.1.4.3.4.2. Resultados

Nesta ação, que custeia as despesas de capacitação e especialização de servidores, foi efetivado o pagamento de despesa no valor de R\$ 600,00.

Como resultado foi possível a participação de servidores da SR/DPF/SC na IV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas das Servidoras responsáveis pela CSD/SR/SC, e de servidores do SETEC/SR/SC no XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.

A descentralização dos recursos foi realizada pela unidade central, denominada Coordenação de Orçamento e finanças.

Também foram submetidos a ações de capacitação 270 servidores, o que representa 56 por cento do efetivo, sem custos à unidade gestora, eis que os treinamentos foram realizados em parceria com outros órgãos públicos.

Nessa Ação não houve manifestação dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	600,00

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Não se aplica.

4.1.5. Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

4.1.5.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
Gerente do programa	Alciomar Goersch
Gerente executivo	Maurício de Melo Passos
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de modernização das unidades operacionais da Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

4.1.5.2. Principais ações do programa

A ação nº 1899 – Reparcelamento das unidades operacionais e do segmento técnico-científico (Promotec/Pró-Amazônia), materializa o objetivo do Programa na SR/DPF/SC.

4.1.5.3. Gestão das ações

4.1.5.3.1. Ação 1899 – Reparelhamento das unidades operacionais e do segmento técnico-científico (Promotec/Pró-Amazônia)

4.1.5.3.1.1. Dados gerais

Tabela x – Dados gerais da ação

Tipo	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Finalidade	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Descrição	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Informação não disponível
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Paulo Martins Beltrão Filho
Coordenador nacional da ação	Informação não disponível

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
---	---

4.1.5.3.1.2. Resultados

Nesta ação foi efetivado o pagamento de despesa no valor de R\$ 7.990,00, referente aquisição de mobiliário para reestruturação do SETEC/SC.

Como resultado, o mobiliário adquirido melhorou as condições de trabalho da unidade técnico científica da SR/DPF/SC.

Nessa Ação não houve manifestação dos órgãos de controladoria e auditoria.

Tabela x – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
(*)	(*)	(*)	7.990,00

(*) As informações obtidas do Órgão Central de Orçamento e Finanças do DPF são as seguintes:

“As metas são quantificadas para todo o DPF, o que impede que se individualizem, até o momento, informações por meio de cada UG. O coordenador de cada ação quantifica os valores, sob aspecto físico e financeiro, para todo o DPF e lança os dados no SIGPLAN. Esse sistema espelha o total de cada ação, não levando em consideração o valor executado por UG.

Não existe uma previsão de quanto cada UG receberá em cada ação no transcorrer o exercício financeiro. As descentralizações de créditos baseiam-se no sistema de contratos, em que são cadastradas todas as obrigações contratuais da Unidade Gestora e, também, na demanda de atividades consideradas essenciais à vida vegetativa da mesma. A partir deste exercício financeiro, após a aprovação da LOA/2008, devemos estabelecer um teto orçamentário para as UG, porém esta atividade irá impactar o Relatório do próximo exercício financeiro.”

Tabela x – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

* Apresentar individualmente por motivo. ** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Obs: informações gerenciadas pela DLOG/DPF e não são disponíveis à SR/DPF/SC.

5. Desempenho operacional

O indicador utilizado é o de efetividade de metas operacionais atingidas e tem como utilidade avaliar o desempenho policial da SR/DPF/SC.

A efetividade de metas operacionais atingidas é obtida pela relação entre o desempenho real e o desempenho projetado.

A responsabilidade pelo cálculo e/ou medição é da Delegacia Regional Executiva e da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado.

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.50/112

META [1]	INDICADOR	REALIZADO EM 2006 [2]	REALIZADO EM 2007 [3]	DESEMPENHO PROJETADO [4] = 100% = 1	DESEMPENHO REAL [5]= [3]/ [2] (*)
Igualar/superar o nº de IPL instaurados	Nº de IPL instaurados	Nº de IPL instaurados em 2006 = 3.110	Nº de IPL instaurados em 2007 = 2.490	1	0,80
Igualar/superar o nº de IPL relatados	Nº de IPL relatados	Nº de IPL relatados em 2006 = 2.175	Nº de IPL relatados em 2007 = 2.467	1	1
Igualar/superar o nº Operações Policiais Realizadas	Nº de Operações Policiais Realizadas	Nº de Operações Policiais Realizadas em 2006 = (**)......	Nº de Operações Policiais Realizadas em 2007 = 30	(***)	(***)
Igualar/superar quantidade entorpecentes apreendidos	Quantidade de entorpecentes Apreendidos	Quantidade de Entorpecentes Apreendidos 2006 = 559.963,90g	Quantidade de entorpecentes Apreendidos 2007 = 657.786,53g	1	1
TOTAL				3	2,8
EFETIVIDADE METAS ATINGIDAS = TOTAL DESEMPENHO REAL / TOTAL DESEMPENHO PROJETADO 2,8 / 3 = 0,93 = 93%					93%

(*) Se [5] ≥ 1, então considera-se [5]= 1, ou seja, 100% do desempenho projetado foi atingido.

(**) Inexistia levantamento.

(***) Prejudicado por falta de referencial.

Desempenho Operacional = Efetividade de Metas Operacionais Atingidas = 93%

Observações:

A efetividade de metas atingidas serve para mensurar o desempenho operacional da SR/DPF/SC e tem como objetivo sinalizar a necessidade de implementação de providências para obtenção de melhores resultados e/ou adequação a cenários emergentes que impliquem em redirecionamento de ações.

Como disfunção situacional à aferição de melhores resultados, com impacto negativo para o atingimento das metas policiais anteriormente previstas, pode ser citada, principalmente, a mobilização por mais de 60 dias de expressivo número de servidores policiais da SR/DPF/SC, para atender à segurança durante à realização dos jogos panamericanos, que teve como sede a cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, de modo geral, visando atingir melhores índices de desempenho operacional, a SR/DPF/SC promoveu no final do exercício sensível alteração no quadro de chefias e redirecionamento de suas ações.

5.1 Quadro de Operações / Atividades

5.1.1 Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

LAUDOS PERICIAIS ELABORADOS EM 2007		QUANTIDADE
1. Balística Forense	Arma de Fogo (Lei Desarm.)	0
	Arma de Fogo	36
	Munição/Elementos de Munição	7
	Confronto Microbalístico	0
	Outros	0
2. Meio Ambiente	Degradação Ambiental	22
	Extração Mineral	0
	Fauna	0
	Flora	5
	Poluição	0
	Outros (Uso do Solo, etc).	21
3. Contábil / Econômico-Financeiro		4
4. Diversos	Veículo	101
	Material	50
5. Documentoscópico	Papel-Moeda / Moeda Metálica	237
	Grafotécnico	114
	Outros	35
6. Engenharia	Obras	2
	Avaliação de Imóveis	12
	Máquinas	10
	Equip. Elétricos / Eletrônicos	55
7. Informática		197
8. Laboratório	Entorpecentes / Psicotrópicos	148
	Explosivos	0
	Outros (microvestígio, etc.)	1
9. Laudo Preliminar de Constatação		19
10. Local		38
11. Material Audiovisual		13
12. Merceológico		11
TOTAL GERAL DE LAUDOS		1138

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

Em termos quantitativos a área de informática foi a segunda na produção de laudos. Entretanto, das diversas solicitações de perícia relativas ao ano de 2007, aquelas relacionadas com a área de informática constituíram o gargalo do Setor. Essa

deficiência deveu-se ao fato da lotação - nessa área do conhecimento - ser de somente dois peritos criminais, quantidade insuficiente para fazer frente à demanda exigida, pois é crescente o volume de pedidos por exame dessa natureza, implicando, em última análise, no não atendimento das solicitações com a rapidez necessária e em descumprimento de prazos.

Existem momentos críticos, no que tange a urgência na efetivação de mencionados exames, principalmente após a deflagração de operações de vulto, as quais resultam, em via de regra, em grandes quantidades de material apreendido (computadores, HDs, laptops, CDs/DVDs, mídias diversas, etc.)

A título ilustrativo, das 446 pendências remanescentes de 2007, em torno de 75% estão relacionadas com área de informática, e se não houver a lotação de mais profissionais a situação, que já é crítica, ficará insustentável.

Foram realizadas gestões junto ao INC/DF para viabilizar o deslocamento de peritos ao SETEC/SC para, em reforço, realizarem alguns exames e reduzirem a quantidade de pendências. Ao mesmo tempo, foi solicitado ao órgão central o incremento na lotação de peritos criminais nessa área do conhecimento, seja via ANP, seja via concurso de remoção.

Aos poucos o projeto PRO-AMAZÔNIA/PROMOTEC vem disponibilizando ao SETEC/SC novos equipamentos, destinados à realização de exames periciais, proporcionando a elaboração de laudos com técnicas mais eficazes.

5.1.2 Setor de Inteligência Policial - SIP

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
OURO VERDE*	JOINVILLE	Investigação a Crimes contra o Sistema Financeiro	R\$ 5.000.000,00 (valores em espécie e contas bancárias bloqueadas)

* Operação em conjunto com a Delegacia de Joinville/SC.

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

O Núcleo de Inteligência Policial – NIP/SR/DPF/SC atua principalmente na retaguarda das operações policiais, sobretudo no tocante ao fornecimento de informações para o bom êxito das mesmas. Porém, no ano de 2007, o NIP/SR/DPF/SC participou em todas as operações policiais deflagradas pela SR/DPF/SC, e também subsidiou, na área de pesquisas e análise de informações, praticamente todas as operações ocorridas no Estado de Santa Catarina e algumas em outras Unidades da Federação.

Merecem destaque as seguintes realizações:

- a condição de Unidade responsável pela gerência do Centro Regional de Inteligência de Sinais da SR/DPF/SC, estabeleceu padrões para a melhoria do processamento e difusão dos conhecimentos oriundos do sistema;
- processamento da investigação social de todos os policiais federais que ingressaram na SR/DPF/SC no de 2007;
- processamento do controle de concessão e revalidação de senhas para acesso aos sistemas de informações dos bancos de dados institucionais e dos bancos de dados externos ao DPF;
- gerenciamento da concessão e aplicação dos Suprimentos de Fundos com regime especial de execução;
- formalização de convênio com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para facilitar o acesso às informações de empresas mercantis e de seus respectivos titulares, bem como às imagens digitalizadas de atos de empresas mercantis (contratos sociais e suas alterações);
- formalização de convênio com a Celesc para acesso ao cadastro de consumidores, ampliando seu espectro de pesquisas para qualificação e localização de pessoas;
- efetivação do Convênio existente com a Secretaria de Segurança Pública, estabelecendo conexão direta com a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, via VPN, que permite pesquisas no Sistema de Informações da Polícia Civil - SISIP (prontuários de identificação civil e criminal, de veículos e boletins de ocorrências); e
- início de parceria com a FCDL/SC, garantindo acesso ao SPC estadual, SPC nacional e ao serasa.

5.1.3 Delegacia Regional Executiva - DREX

5.1.3.1 Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Passaportes expedidos por ano	20.234
Carteiras de estrangeiros expedidas por ano	1.098

ÍNDICES	QUANTIDADE
Deportações realizadas por ano	04
Expulsões realizadas por ano	04
Repatriações realizadas por ano	04

5.1.3.2 Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	Art. 147 do CP	Ameaça	4	2,96
02	Art. 155 do CP	Furto	1	0,74
03	Art. 168-A do CP	Apropriação indébita previdenciária	11	8,15
04	Art. 171 do CP	Estelionato	50	37,04
05	Art. 203 do CP	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	1	0,74
06	Art. 297 do CP	Falsificação de documento público	15	11,11
07	Art. 298 do CP	Falsificação de documento particular	22	16,30
08	Art. 299 do CP	Falsidade ideológica	13	9,63
09	Art. 304 do CP	Uso de documento falso	1	0,74
10	Art. 317 do CP	Corrupção passiva	1	0,74
11	Art. 319 do CP	Prevaricação	1	0,74
12	Art. 331 do CP	Desacato	8	5,93
13	Art. 337-A do CP	Sonegação de contribuição previdenciária	4	2,96
14	Art. 347 do CP	Fraude processual	1	0,74
15	Art. 342 do CP	Falso testemunho ou falsa perícia	1	0,74
16	Art. 348 do CP	Favorecimento pessoal	1	0,74
TOTAL			135	100

INQUÉRITOS RELATADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	Art. 147 do CP	Ameaça	1	0,88
02	Art. 168-A do CP	Apropriação indébita previdenciária	21	18,59
03	Art. 171 do CP	Estelionato	54	47,79
04	Art. 297 do CP	Falsificação de documento público	6	5,32
05	Art. 298 do CP	Falsificação de documento particular	1	0,88
06	Art. 299 do CP	Falsidade ideológica	10	8,85
07	Art. 319 do CP	Prevaricação	1	0,88
08	Art. 331 do CP	Desacato	4	3,54
09	Art. 337-A do CP	Sonegação de contribuição previdenciária	8	7,09
10	Art. 155 do CP	Furto	1	0,88
11	Art. 203 do CP	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	1	0,88
12	Art. 296 do CP	Falsificação de selo ou sinal público	1	0,88
13	Art. 304 do CP	Uso de documento falso	2	1,78
14	Art. 316 do CP	Concussão	1	0,88
15	Art. 344 do CP	Coação no curso do processo	1	0,88
TOTAL			113	100

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

A atuação da DELEPREV/SR/SC, no que se refere às Operações realizadas no ano de 2007, foi considerada “insatisfatória”. Entretanto, deve ser levado em conta o reduzido efetivo da delegacia e que seus servidores foram constantemente convocados para outras atividades alheias à DELEPREV, como, por exemplo, serviço de plantão.

Para corrigir esse quadro, no exercício de 2008 serão priorizadas ações respectivas à força-tarefa DPF/INSS/MPF.

De outra parte, considera-se satisfatório ao número de IPL's instaurados e relatados durante o exercício de 2007.

5.1.3.3 Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

Operação JET PILOT - Integrada de Combate ao Descaminho pela Internet e Correios – desencadeada no dia 30/05/2007 (IPL nº 0362/2007 – SR/DPF/SC) com o objetivo de reprimir o descaminho de produtos de informática (JET PILOT DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA).

Foram cumpridos 2 mandados de busca e apreensão nesta Capital, com auxílio da Receita Federal, resultando na apreensão de 12 notebooks e acessórios de informática diversos, além de vários documentos.

Operação PLACEBO - Combate ao Descaminho pela Internet e Correios – desencadeada no dia 20/07/2007 (IPL nº 458/07 - SR/DPF/SC):

Foram cumpridos 2 mandados de busca e apreensão nesta Capital, resultando em 1 Prisão em Flagrante e na apreensão de diversos medicamentos (anabolizantes), cuja comercialização não era autorizada pela ANVISA, além de outros materiais e vários documentos.

Operação Vento Sul I e II de Combate ao Descaminho - A investigação visou desarticular a atuação de organizações criminosas voltadas para o transporte, recebimento e distribuição de cigarros oriundos do Paraguai. Também foi constatada a prática de "lavagem de dinheiro", quebra ilegal de sigilo bancário, importação de medicamentos sem registro no País, posse e porte ilegal de arma de fogo e munição, corrupção, entre outros delitos.

Vento Sul I (em conjunto com a DPF/FIG/PR – Operação Calcanhar de Aquiles) – foi desencadeada no dia 06/11/2007 (IPL nº 657/2007 - SR/DPF/SC), tendo sido cumpridos 29 mandados de prisão (a DELEFAZ/SR/DPF/SC solicitou a expedição de 2 mandados de prisão preventiva e 5 temporárias) e 31 de busca e apreensão, tendo sido também realizadas 7 prisões em flagrante e a apreensão de R\$130.000,00 em espécie e R\$120.000,00 em cheques, nos seguintes municípios:

SC - Criciúma, Içara, Forquilha, Araranguá, Cocal do Sul e Tubarão;
PR – Foz do Iguaçu, Imbituva, Fazenda Rio Grande, Curitiba e Ponta Grossa.

Vento Sul II

desencadeada no dia 14/11/2007 (IPL nº 688/2007 – SR/DPF/SC) no município de Palhoça em São José. Tendo sido efetivados 4 mandados de prisão temporária e 10 de

busca e apreensão. Foram apreendidos 4 caminhões, 2 ônibus rodoviários de grande porte, mais de 30 automóveis e quantia superior a 2.700 caixas de cigarros oriundas do Paraguai (inclui as apreensões realizadas no decorrer de 2006).

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	067	7,86
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	215	26,23
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	061	7,16
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	030	3,52
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	005	0,58
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	027	3,16
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	106	12,49
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	135	15,84
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	050	5,87
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	029	3,40
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	008	0,94
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	011	1,29
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	034	3,99
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	015	1,76

15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	007	0,82
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	015	1,76
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	001	0,11
18	Outros	Diversos	036	4,22
TOTAL			852	100

5.1.3.4 Delegacia de Defesa Institucional – DELINST

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Segurança de Dignitários	3
Proteção de testemunhas ameaçadas	3
Registros de arma expedidos	13.775
Portes de arma expedidos	11

5.1.3.5 Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Sem Nome	Laguna	Cumprimento mandado busca	Apreensão de documentos
Balada	Grande Florianópolis	Fiscalizar serviço de segurança patrimonial em casas noturnas	Autuação de duas empresas regulares (autorizadas pelo DPF) e autuação de duas orgânicas clandestinas

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Vigia	Florianópolis/São José	Cumprimento demandado busca e fiscalização da atividade de segurança patrimonial não autorizada pelo DPF	Autuação de uma empresa que prestava serviço de segurança sem estar autorizada pelo DPF e instauração de IPL

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	Art. 155 § 4º CP	Furto Qualificado	50	50
02	Art. 171 § 3º CP	Estelionato	24	24
03	Art. 7º Lei 8173/90	Crime contra a ordem tributária	2	2
04	Art. 33 Lei 11.343/06	Tráfico drogas	2	2
05	Art. 289 CP	Moeda Falsa	2	2
06	Art. 312 CP	Peculato	4	4
07	Art. 319 CP	Prevaricação	1	1
08	Art. 299 CP	Falsidade Ideológica	9	9
09	Art. 342 CP	Falso Testemunho	5	5

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.60/112

10	Art. 334 CP	Descaminho	1	1
TOTAL			100	100

INQUÉRITOS RELATADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO	QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO / CRIME		
01	Crime Ambiental	21	20
02	Furto qualificado e estelionato contra CEF	36	34,28
03	Tráfico de drogas	2	1,9
04	Peculato	1	0,95
05	Crimes Fazendários	42	40
06	Crimes contra o Patrimônio	2	1,9
07	Crimes C. Ordem Institucional	1	0,95
TOTAL		105	100

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Aplicação de multas por ano	*9 Autos de Infração, dos quais 6 com aplicação de multa. * 2 Autos de Encerramento de Atividades

ÍNDICES	QUANTIDADE
Certificados emitidos por ano	Empresa orgânica – 1 certificado Empresa especializada – 38 certificados Veículos especiais – 49 certificados
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	2.278 carteiras
Vistorias realizadas por ano	Empresa orgânica – 44 vistorias; Empresas especializadas - 38 vistorias; veículos especiais - 49 vistorias; Bancos – 391 vistorias.

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

A Delegacia apresenta carência de recursos humanos e de materiais.

Os resultados obtidos foram satisfatórios.

5.1.3.6 Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

Foram realizadas as seguintes ações:

- Operação MOEDA VERDE, versando sobre a expedição irregular de licenças ambientais para empreendedores. No âmbito da operação foram cumpridos vários mandados de busca e apreensão, e a prisão de empresários e servidores públicos envolvidos.
- Operação com Setor de Fauna do IBAMA de Florianópolis, no município de

Brusque/SC, em criador comercial para coleta de sangue de Araras Canindé e realização de exame de paternidade no Zoológico de Pomerode/SC.

- Operação com o IBAMA para verificar o destino de caranguejos capturados irregularmente na ESEC Carijós.

- Operação com o IPHAN, para averiguar danos ao patrimônio histórico, cultural e ao meio ambiente, na Ilha do Campeche.

- Operação Sedex Mortal, tráfico de animais.

- Operação com o IBAMA desta capital e de Itajaí/SC para a retirada de dez animais do Circo Stankowit. Os animais foram encaminhados aos Zoológicos de Salete e Pomerode.

- Investigar e periciar local de supressão de mata atlântica no município de Canelinha/SC.

- Integrar equipe do IBAMA de Florianópolis e do Parque Nacional Aparados da Serra - divisa com o Rio Grande do Sul - para realização de operação objetivando a prisão de grande número de caçadores daquela região que vêm agindo dentro do respectivo parque.

- Operação de Proteção à Mata Atlântica com o IBAMA.

5.1.4 Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

5.1.4.1 Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros – NUFIN

OPERAÇÃO ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Operação Black	Fpólis/SC	Desarticular vários pontos de câmbio ilegal, localizados no bairro de Canasvieiras, em Fpólis/SC.	Realização de diligências em 17 alvos, treze IPLs instaurados, com o indiciamento dos responsáveis.
THS	Fpólis/SC	Investigar atividades irregulares de empresa de	Representação e cumprimento de mandados de buscas na empresa e residências

OPERAÇÃO ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
		fomento mercantil (<i>factoring</i>), ligadas à captação e remuneração de recursos, atuando como instituição financeira.	dos sócios/dirigentes. Apreensão de farta documentação relacionada à captação de recursos, na ordem de milhões de reais. Prisão do principal responsável pela atividade. (Possível desmembramento com a cooperação do COAF e Receita Federal).

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	CP art. 289	Moeda falsa	04	9,09
02	CP art. 155	Furto	04	9,09
03	CP art. 334	Contrabando/descaminho	04	9,09
04	CP art. 312	Peculato	01	2,27
05	CP art. 261	Exposição a perigo embarcação ou aeronave	01	2,27
06	CP art. 320 e Lei 7492/86 art. 20	Condescendência criminosa e crime contra o sistema financeiro	01	2,27

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.64/112

07	Lei 7492/86, art. 4º, 5º, 16, 19 e 22	Crimes contra o sistema financeiro	25	56,81
08	Lei 8137/90, arts. 1º e 2º	Sonegação fiscal	01	2,27
09	Lei 9613/98 art. 1º	Lavagem de dinheiro	01	2,27
10	Lei 8666/93 art. 90	Fraude a licitações	02	4,54
TOTAL			44	100

INQUÉRITOS RELATADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	CP art. 289	Moeda falsa	04	6,55
02	CP art. 155	Furto	04	6,55
03	CP art. 334	Contrabando/descaminho	03	4,91
04	CP art. 157 e 168	Roubo/Receptação	01	1,64
05	CP art. 299	Falsidade Ideológica	01	1,64
06	CP art. 171 e Lei 7492/86 art. 2º	Estelionato e Crime contra o Sistema Financeiro	02	3,27
07	Lei 8.666/93, art. 4º e CP art. 312, 299 e 304.	Fraude licitações, Peculato, Falsidade ideologica e material	01	1,64

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.65/112

08	Lei 7492/86 art. 22 e Lei 8.137/90 art. 1º	Crime contra o Sistema Financeiro e Sonegação	04	6,55
09	Lei 7492/86 art. 22, Lei 9.613/98 art. 1º e Lei 8.137/90 art. 1º	Crime contra o Sistema Financeiro, Lavagem de Dinheiro e sonegação	04	6,55
10	Lei 7492/86 art. 21 e 22	Crime contra o Sistema Financeiro	28	45,90
11	Lei 8.137/90, art. 1º, inc. I	Sonegação	01	1,64
12	CP art. 297	Falsidade material	01	1,64
13	Lei nº 10.826/03, Art. 14º, e Lei 9.503/97, CP art. 306.	Porte ilegal de arma, crime contra o trânsito e falsificação	01	1,64
14	Lei 9.613/98 art. 1º, inciso VI.	Lavagem de dinheiro	02	3,27
15	Lei nº 9.472/86, art. 183.	Porte ilegal de arma	03	4,91
16	CP art. 171	Estelionato	01	1,64
TOTAL			61	100

INQUÉRITOS EM ANDAMENTO

Total de inquéritos em andamento no NUFIN/DRCOR/SR/SC: 168

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

O NUFIN/DRCOR/SR/SC foi criado pela Portaria 051/2003-GAB/SR/SC, de 1º de dezembro de 2003, com o objetivo de reunir os inquéritos atinentes a crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, ao ensejo de conferir andamento uniforme, especializado, reservado e conseqüentemente mais célere a esses expedientes. Teve como evento gerador, de forma imediata, a especialização da Vara Federal Criminal de Florianópolis para a instrução e julgamento de crimes desse jaez.

Sem embargo da natureza precária da medida, na prática foi o que tornou viável o encaminhamento de feitos que já tramitavam há anos na Superintendência Regional, bem assim a padronização e uniformização de medidas a serem adotadas em expedientes análogos, com reflexos na celeridade, uniformidade e coerência das investigações desenvolvidas.

No organograma do DPF, reformulado pela Portaria Ministerial 1300, de 4 de setembro de 2003, apenas algumas Superintendências foram agraciadas com a constituição de DELEFINs, o que obrigou vários dirigentes a procederem a organização interna das unidades descentralizadas, de modo a adequá-las a realidade não contemplada pela norma administrativa, o que resultou em estruturas diferenciadas em todo o país, ou mesmo na inclusão, de forma dispersa, das atribuições típicas das DELEFINs nas matérias afetas a outras Delegacias. Também como fruto dessa diretriz, fora a baixa produtividade, é que até o presente momento não existe uma troca eficiente de informações entre as autoridades policiais que atuam nessa área, em que pese o vasto repositório formado pelos atos de cooperação internacional, bem como a partir dos dados repassados pelo COAF, muitas vezes melhor utilizados por órgãos externos, como MJ, MP e Judiciário, do que pelo próprio Departamento de Polícia Federal.

Como meta firmada pelo DPF junto ao ENCLA (Estratégia Nacional de Combate a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos) no ano de 2006, a ser cumprida até 30/09/2006 constava: “Criar, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, delegacias de repressão de crimes financeiros em todas as superintendências regionais e núcleos nas demais delegacias, onde houver Varas Federais especializadas no processo e julgamento dos crimes contra o Sistema Financeiro e lavagem de dinheiro”. Nas metas propostas para o ano de 2007 não há referência as DELEFINs, o que possivelmente levaria a crer que a meta foi alcançada. Entretanto, em sentido oposto, foi editada em 13 de outubro de 2006 a Portaria n.1825/2006-MJ (que veio a revogar a Portaria 1300/2003-MJ) a qual em seu artigo 5º reproduz a estrutura mutilada da norma anterior, incluindo todas as regionais do cone sul, iniciando pela SR/MS até a SR/RS.

Em que pese esse cenário pouco favorável no âmbito nacional, no Estado de Santa Catarina o NUFIN vem funcionando desde a Portaria nº 051/2003-GAB/SR/SC como uma Delegacia de fato, subordinada diretamente a DRCOR, o que não impediu a unidade de alcançar uma produtividade satisfatória, dentro do contexto da SR/SC. Por outro lado, a falta de uma estrutura administrativa perene relega o setor ao segundo

plano quanto à postulação de recursos humanos e materiais, e cria um ambiente de instabilidade em relação aos servidores que nele atuam.

No que tange à distribuição de feitos por assunto, a maioria dos procedimentos alheios as áreas de lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro decorrem de atuação das autoridades policiais em ocorrências de sobreaviso, sendo alguns poucos vinculados ao NUFIN de forma excepcional em face à necessidade de cumprimento de cotas ou instauração de expedientes urgentes, na ausência do Delegado com atribuição natural para o caso. Observa-se, todavia, que a partir de 2007 o NUFIN/SR/SC passou atuar nos crimes relacionados a fraudes a licitações públicas, sem qualquer incremento de efetivo.

5.1.4.2 Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	Art. 155, caput e §§, do CP	Furto	27	64,28
02	Art. 171, caput e §§, do CP	Estelionato	06	14,28
03	Art. 157, caput e §§, do CP	Roubo	03	7,14
04	Outros		06	14,28
TOTAL			44	100

INQUÉRITOS RELATADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	Art. 155, caput e §§, do CP	Furto	55	53,92

02	Art. 157, caput e §§, do CP	Roubo	13	12,74
03	Art. 171, caput e §§, do CP	Estelionato	10	9,80
04	Art. 312, caput e §§, do CP	Peculato	04	3,92
05	Art. 163, caput e §§, do CP	Dano	03	2,94
06	Outros		17	16,66
TOTAL			102	100

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

A Delegacia, em tese, deveria apurar o tráfico internacional de armas de fogo na região. Ocorre que tal crime praticamente inexistente na área de circunscrição da SR/DPF/SC, pois é delito de maior incidência nas regiões de fronteira, destinado a suprir a demanda de grupos criminosos concentrados nas grandes regiões metropolitanas, especialmente no sudeste do país.

Assim, foi determinado que a Delegacia também atuasse no combate aos casos de furto e roubo. Apesar dos escassos recursos humanos, a DELEARM apresentou expressiva quantidade de inquéritos relatados na SR/DPF/SC.

5.1.4.3 Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Conexão Criciúma	Criciúma	Combater narcotráfico e lavagem de dinheiro	7 Prisões
Saraiva	Florianópolis	Combater narcotráfico	11 Prisões Apreensão de 9.700g cocaína
Triagem	Florianópolis	Combater narcotráfico	3 Prisões Apreensão de 2.000g cocaína
Playboy reloaded	Florianópolis	Combater narcotráfico	7 Prisões Apreensão de 32.000

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.69/112

			compr. Ecstasy e 1.000 mcp LSD
Rio	Florianópolis	Combater narcotráfico	1 Prisão Apreensão de 51.000g cocaína e 2 pistolas.

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE
Cocaína	47.206,74g
Haxixe	4,20g
Maconha	610.575,59g
Ecstasy	36.600 unid

ATIVIDADES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	QUANTIDADES
Ordens de missão	08
Inspeções prévias	24
Fiscalizações	25
Notificação/Termo de ciência	12
Renovações de CLF	194
Expedições (emissões) de CRC	80
Alterações cadastrais	59
Total de arrecadação	R\$ 234.100,00

5.1.4.4 Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE
	TIPO	CRIME	
1	Art. 155 CP	Furto	92
2	Art. 157 CP	Roubo	3
4	Art. 168 CP	Apropriação Indébita	1
5	Art. 171 CP	Estelionato	67
6	Art. 312 CP	Peculato	4
7	Art. 334 CP	Contrabando / Descaminho	2
TOTAL			169

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Operação Gaudério	Cachoeirinha/RS	Prender quadrilha de caixeiros que agiam em SC, PR, RS e SP	4 Prisões
Operação Clonadores da CEF	São José/SC	Localizar e prender clonadores de cartões que estariam agindo na Caixa Econômica Federal, Ag. kobrassol	3 Prisões
Operação Ingleses	Florianópolis/SC	Acompanhar e prender uma quadrilha de caixeiros	4 Prisões
Operação Cartuchos	Joinville/SC	Acompanhar e prender quadrilha que pretendia vender carga de	4 Prisões

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.71/112

		cartuchos de impressora roubados	
Operação Chiquita	São Paulo/SP	Acompanhar e prender advogado ligado ao PCC ligado a venda de documentos falsos e cheques, em branco, roubados	2 Prisões
Operação Furador	Santana do Parnaíba/SP	Acompanhar e prender quadrilha de caixeiros que tentava abrir caixas do Banco Real	3 Prisões
Operação Pé de Cabra	Cornélio Procópio/PR	Acompanhar e prender quadrilha de assaltantes que pretendiam invadir a agência da UNICRED/BANCO DO BRASIL	3 Prisões
Operação Falsário	São Paulo/SP	Acompanhar e prender ex-policiaI Federal e advogado ligado ao PCC que estariam na iminência de receber cerca de 450 documentos de registro de veículo (DUT), em branco	2 Prisões
Operação Aladim	Joinville/SC	Acompanhar e prender elementos que estariam adquirindo armas para fazer assalto a entidades bancárias	2 Prisões
Operação Chiquita II	Joinville/SC	Acompanhar e prender elementos suspeitos de comerciarem cheques roubados da SICREDI	1 Prisão
Operação Ecstase	Curitiba/PR	Acompanhar, manter contato com a DRE/PR e prender elementos que estariam vendendo cerca de 300 comprimidos de ecstase	3 Indiciamentos
Operação	Joinville/SC	Acompanhar e prender	2 Prisões

Capilé		elementos oriundos de São Paulo que estariam trazendo grande quantidade de dinheiro falso para aquela cidade	
Operação Caixeiro Viajante II	Joinville/SC	Acompanhar as atividades de caixeiros e ladrões de cargas na cidade de Joinville e adjacências	12 Prisões

5.1.5 Delegacias Descentralizadas

5.1.5.1 Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC – DPF/XAP/DPF/SC

INQUÉRITOS

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	251
Quantidade de IPL's relatados	181
Quantidade de IPL's em andamento 05/12/2007	150

ESTATÍSTICAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

a) Repressão a Entorpecentes

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	3
	2

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.73/112

Quantidade de IPL's relatados	
Quantidade de IPL's em andamento 05/12/2007	1

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE
Cocaína	35.214g

b) Repressão a Crimes Fazendários

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	202
Quantidade de IPL's relatados	148
Quantidade de IPL's em andamento 27/11/2007	111

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL (%)
	TIPO	CRIME		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando e Descaminho	56	24,45
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	25	10,92

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.74/112

03	Art. 289 (C.P.B)	Moeda Falsa	30	13,10
04	Lei n. 8.137/90	Ordem Tributária	10	4,37
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	2	0,87
06	Lei n. 7.492/86	Sistema Financeiro	2	0,87
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	15	6,55
08	Lei n. 9.605/98	Meio Ambiente	7	3,06
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	15	6,55
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	18	7,86
11	Lei n. 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	6	2,62
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	4	1,75
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	8	3,49
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	20	8,73
15	Lei n. 4.117/62	Telecomunicações	1	0,44
16	Art. 342 (C.P.B)	Falso Testemunho	9	3,93
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	1	0,44
18	Outros	Diversos	-	0
TOTAL			229	100

c) Repressão a Crimes Previdenciários

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	24
Quantidade de IPL's relatados	24
Quantidade de IPL's em andamento 27/11/2007	18

d) Delegacia de Defesa Institucional

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	2
Quantidade de IPL's relatados	6
Quantidade de IPL's em andamento 27/11/2007	1

ARMAS RECEBIDAS CAMPANHA DO DESARMAMENTO	QUANTIDADE
Quantidade recebida até 27/11/2007	389

a) Delegacia de Migração

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	0
Quantidade de IPL's relatados	1

Quantidade de IPL's em andamento 27/11/2007	0
--	---

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Passaportes expedidos por ano	2.407
Extradições realizadas por ano	-
Carteiras de estrangeiros expedidas por ano	27
Deportações realizadas por ano	-
Expulsões realizadas por ano	-
Repatriações realizadas por ano	-

5.1.5.2 Delegacia de Polícia Federal em Lages/SC – DPF/LGE/DPF/SC

Barreiras

LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Curitibanos e São José do Cerrito	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.
São José do Cerrito	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.
Bocaina do Sul	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.
Bocaina do Sul	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	A única barreira realizada que não resultou em qualquer prisão ou apreensão
Bocaina do Sul	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.77/112

Curitibanos, Santa Cecília e São José do Cerrito	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.
Curitibanos	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.
Curitibanos	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.
Otacílio Costa	Interceptar contrabandistas e traficantes em rodovias federais.	Prisões em flagrante e apreensão de material.

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
	TIPO		
01	DELEFAZ	181	83,79
02	DELEPRE	04	1,85
03	DELINST	08	2,77
04	DELEPREV	23	10,64
TOTAL		216	100

INQUÉRITOS EM RELATADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
	TIPO		
01	DELEFAZ	89	77,89
02	DELEPRE	1	0,86

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.78/112

03	DELINST	2	1,73
04	DELEPREV	23	20
TOTAL		115	100

INQUÉRITOS EM ANDAMENTO

ITEM	TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
	TIPO		
01	DELEFAZ	126	85,71
02	DELEPRE	3	2,04
03	DELINST	6	4,08
04	DELEPREV	12	8,16
TOTAL		147	100

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADES
Cocaína (KG)	6.800g
Maconha (KG)	268.000g

PASSAPORTES	QUANTIDADES
Expedidos	1865

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

Considerando-se que a Delegacia foi recentemente inaugurada e que ainda apresenta carência de recursos humanos e de materiais, os resultados obtidos foram satisfatórios.

5.1.5.3 Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira/SC – DPF/DCQ/DPF/SC

OPERAÇÃO ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Operação Tabaco	Oeste do Paraná e Oeste de Santa Catarinense	Repressão aocontrabando/de scaminho de cigarros estrangeiros	17 prisões 12 veículos apreendidos
15 (quinze) bloqueios de vias	Região oeste de SC	Repressão ao contrabando/ descaminho	Apreensões diversas

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
	TIPO		
01	DELEFAZ	109	68,12
02	DELEPRE	8	5,00
03	DELEMAF	1	0,6
04	DELEPREV	24	15
05	DELOPS	18	11,25
TOTAL		160	100

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.80/112

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QUANTIDADE
	TIPO	CRIME	
01	Art. 139 CPB		01
02	Art. 155 CPB	Furto	01
03	Art. 168 CPB	Apropriação indébita	4
04	Art. 171 CPB	Estelionato	21
05	Art. 184 CPB		5
06	Art. 218 CPB		1
08	Art. 229 CPB		1
09	Art. 273 CPB		3
10	Art. 289 CPB	Moeda Falsa	8
11	Art. 297 CPB	Falsificação de documentação público	9
12	Art. 299 CPB	Falsidade ideológica	7
13	Art. 304 CPB	Uso do doc. falso	2
14	Art. 305 CPB		1
15	Art. 319 CPB		1
16	Art. 330 CPB		1
17	Art. 334 CPB	Contrabando e descaminho	30
18	Art. 342 CPB		1
19	D.Lei 3.688-41	Contravenções penais	2
20	Lei 4.117/62	Telecomunicações	3
21	Lei 4.737/65	Código eleitoral	2
22	Lei 4.898/65	Abuso do poder	1
23	Lei 7.492/86	Colarinho branco	2
24	D.Lei 201/67	Responsabilidade de prefeitos e vereadores	1
25	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	1
26	Lei 9.613/98	Lavagem de dinheiro	1
27	10.826/03	Nova Lei do desarmamento	3
28	Art. 18	Estatuto do desarmamento	1
29	Lei 11.343/06	Lei de entorpecentes	3
30	Outros	s/ tipificação definida	1
TOTAL			118

INQUÉRITOS RELATADOS = 128

INQUÉRITOS EM ANDAMENTO = 227

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADES
Crack	417,9g
Lança perfume	108 un
Maconha	20.041,6g

PASSAPORTES	QUANTIDADES
Expedidos	1141

Análise da atuação da Unidade e dos resultados obtidos:

A Delegacia apresenta significativa carência de recursos humanos, que compromete obtenção de melhores resultados.

As principais atividades consistem na repressão ao contrabando e ao descaminho, sendo as principais apreensões realizadas no período:

31.376 pacotes de cigarros estrangeiros (Paraguai) – cada pacote contém 10 carteiras ou maços;

27 veículos diversos, utilizados no transporte de produtos contrabandeados e/ou descaminhados.

5.1.5.4 Delegacia de Polícia Federal em Joinville/SC – DPF/JVE/DPF/SC

INQUÉRITOS INSTAURADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL
	TIPO	CRIME		
01	Artigo 121, CP	Homicídio	1	0,20
02	Artigo 129, CP	Lesão corporal	1	0,20
03	Artigo 135, CP	Omissão de socorro	2	0,40
04	Artigo 139, CP	Difamação	1	0,20
05	Artigo 146 CP	Constrangimento ilegal	1	0,20
06	Artigo 147, CP	Ameaça	3	0,60
07	Artigo 149, CP	Redução à condição análoga de escravo	1	0,20
08	Artigo 155, CP	Furto	31	6
09	Artigo 157, CP	Roubo	8	1,55
10	Artigo 163, CP	Dano	3	0,60
11	Artigo 168, CP	Apropriação indébita	53	10,3
12	Artigo 171, CP	Estelionato	82	16
13	Artigo 180, CP	Receptação	3	0,60
14	Artigo 184, CP	Violação de direito autoral	1	0,20
15	Artigo 203, CP	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	2	0,40
16	Artigo 214, CP	Atentado violento ao pudor	1	0,20
17	Artigo 231 CP	Tráfico internacional de pessoas	1	0,20
18	Artigo 273, CP	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	1	0,20
19	Artigo 288, CP	Quadrilha ou bando	1	0,20
20	Artigo 289, CP	Moeda falsa	32	6,21
21	Artigo 296, CP	Falsificação de selo ou sinal público	1	0,20
22	Artigo 297, CP	Falsificação de documento público	6	1,15
23	Artigo 299, CP	Falsidade ideológica	11	2,13
24	Artigo 304, CP	Uso de documento falso	5	1
25	Artigo 312, CP	Peculato	8	1,55

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.83/112

26	Artigo 313-A, CP	Inserção de dados falsos em sistema de informações	1	0,20
27	Artigo 316, CP	Concussão	3	0,60
28	Artigo 319, CP	Prevaricação	2	0,40
29	Artigo 330, CP	Desobediência	9	1,75
30	Artigo 331, CP	Desacato	3	0,60
31	Artigo 334, CP	Contrabando/descaminho	41	7,96
32	Artigo 337-A, CP	Sonegação de contribuição previdenciária	15	2,9
33	Artigo 339, CP	Denúncia caluniosa	2	0,40
34	Artigo 342, CP	Falso testemunho	13	
35	Artigo 343, CP	Falsa perícia	1	0,20
36	Artigo 344, CP	Coação no curso do processo	1	0,20
37	Artigo 347, CP	Fraude processual	1	0,20
38	Artigo 355, CP	Patrocínio infiel	1	0,20
39	Lei 4.737/65	Crimes eleitorais	9	1,75
40	Decreto-Lei 201/67	Crimes cometidos por Prefeitos e Vereadores	2	0,40
41	Lei 5.700/71	Símbolos nacionais	1	0,20
42	Lei 6.001/73	Estatuto do Índio	2	0,40
43	Lei 7.492/86	Crimes do colarinho branco	13	2,52
44	Lei 7.716/89	Crimes de res. de preconceito de raça e cor	1	0,20
45	Lei 8.069/90	Estatuto da Criança e do Adolescente	1	0,20
46	Lei 8.137/90	Crimes contra a ordem tributária	36	7
47	Lei 8.666/93	Crimes contra as licitações	1	0,20
48	Lei 9.472/97	Crime contra as telecomunicações	15	2,9
49	Lei 9.605/98	Crimes contra o meio ambiente	43	8,35
50	Lei 9.613/98	Lavagem de dinheiro	1	0,20
51	Lei 10.826/03	Estatuto do desarmamento	7	1,35
52	Lei 11.343/06	Tráfico de drogas	30	5,82
TOTAL			515	100

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.84/112

INQUÉRITOS RELATADOS

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QTDE	PERCENTUAL
	TIPO	CRIME		
01	Artigo 121, CP	Homicídio	1	0,5
02	Artigo 135, CP	Omissão de socorro	1	0,5
03	Artigo 139, CP	Difamação	1	0,5
04	Artigo 146, CP	Constrangimento ilegal	1	0,5
05	Artigo 147, CP	Ameaça	1	0,5
06	Artigo 155, CP	Furto	5	2,55
07	Artigo 157, CP	Roubo	1	0,5
08	Artigo 168, CP	Apropriação indébita	24	12,25
09	Artigo 171, CP	Estelionato	24	12,25
10	Artigo 180, CP	Receptação	1	0,5
11	Artigo 184, CP	Violação de direito autoral	1	0,5
12	Artigo 203, CP	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	1	0,5
13	Artigo 214, CP	Atentado violento ao pudor	1	0,5
14	Artigo 231, CP	Tráfico internacional de pessoas	1	0,5
15	Artigo 289, CP	Moeda falsa	11	5,61
16	Artigo 297, CP	Falsificação de documento público	1	0,5
17	Artigo 312, CP	Peculato	1	0,5
18	Artigo 319, CP	Prevaricação	1	0,5
19	Artigo 330, CP	Desobediência	7	3,57
20	Artigo 331, CP	Desacato	2	1
21	Artigo 334, CP	Contrabando/descaminho	23	4,5
22	Artigo 337-A, CP	Sonegação de contribuição previdenciária	9	4,7
23	Artigo 342, CP	Falso testemunho	2	1
24	Artigo 347, CP	Fraude processual	1	0,5
25	Lei 4.737/65	Crimes eleitorais	6	3
26	Lei 5.700/71	Símbolos nacionais	1	0,5
27	Lei 7.492/86	Crimes do colarinho branco	2	1
28	Lei 8.137/90	Crimes contra a ordem	12	6,12

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.85/112

		tributária		
29	Lei 9.472/97	Crime contra as telecomunicações	10	1,94
30	Lei 9.605/98	Crimes contra o meio ambiente	14	7,14
31	Lei 10.826/03	Estatuto do Desarmamento	5	2,55
32	Lei 11.343/06	Tráfico de drogas	24	12,25
TOTAL			196	100

APREENSÃO DE ENTORPECENTES

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADES
Cocaína	92.696g
Crack	2.990g
Haxixe	980g
Maconha	860.336g

5.1.5.5 Delegacia de Polícia Federal em Itajai/SC – DPF/IJI/DPF/SC

OPERAÇÃO ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Pó-da-China	SC, RS e PR	Desarticular organização criminosa de contrabando de agrotóxicos	- 17 prisões - 33 indiciados - apreendidas 5,5ton agrotóxicos
Judas	Itajai/SC	Desarticular quadrilha de tráfico de drogas	- 11 prisões - 7 indiciados - apreendidos 2 veículos e substâncias entorpecentes
Bala doce	Itajai, Camboriu. Itapema	Desarticular quadrilha de tráfico de drogas – ecstasy e lsd	- 7 prisões - 7 indiciados - apreendidos 2 veículos e substâncias entorpecentes

INQUÉRITOS INSTAURADOS

TIPO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
PORTARIA	654	94,00
FLAGRANTE	41	6,00
TOTAL	695	100

INQUÉRITOS RELATADOS

TIPO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
PORTARIA	140	82,35
FLAGRANTE	30	17,65
TOTAL	170	100

APREENSÃO DE ENTORPECENTES

TIPOS	QUANTIDADE
Maconha	111.266,83g
Cocaína	39.115g
Crack	9.215g
Ecstasy	503 unid
LSD	2.129 pontos

PASSAPORTES EMITIDOS

Foram emitidos 7.404 passaportes (modelo novo), no período de junho a dezembro de 2007.

5.2 Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

ATIVIDADE / LOCAL /OBJETIVO	RESULTADO
Visitar as Delegacias do Interior, as Varas Federais Criminais e os Órgãos do Ministério Público Federal Local: Estado de SC Objetivo: aproximação institucional	Realizada parcialmente, em virtude do acúmulo de serviço causado pela perda de pessoal durante os jogos Panamericanos e Para-Panamericanos.
Controlar a tramitação dos procedimentos policiais e seus resultados na Justiça (firmar convênio com a Justiça Federal para remessa eletrônica das decisões judiciais.) Local SR/DPF/SC Objetivo: otimizar procedimentos	Já constituída Comissão Técnica para realização dos estudos necessários para implantação do sistema.
Realizar pesquisa das dificuldades encontradas pelos servidores na condução dos procedimentos de Polícia Judiciária Local:SR/DPF/SC Objetivo: otimizar procedimentos	Foi difundido questionário via intranet, sendo analisadas as respostas e aceitas algumas sugestões.
Planejar e executar as correições ordinárias nas Delegacias do interior do Estado no 1º semestre/07 Local: Estado de SC Objetivo: fiscalizar a qualidade do trabalho	Cumprido o plano de correições ordinárias (IN 11/2001-DG)
Realizar correições ordinárias na SR/DPF/SC no 2º semestre/07 Local: SR/DPF/SC Objetivo: fiscalizar a qualidade do trabalho	Cumprido o plano de correições ordinárias (IN 11/2001-DG)
Realizar novas vistorias nos depósitos das delegacias que eventualmente tiverem apresentado problemas nas correições ordinárias Local: Estado de SC Objetivo: fiscalizar a qualidade do trabalho	Realizadas vistorias durante as Correições Ordinárias
Realizar correições parciais no âmbito da SR Local: Estado de SC	Cumprida a IN 11/2001-DG

Objetivo: fiscalizar a qualidade do trabalho	
Realizar encontros com as chefias e servidores das unidades do interior objetivando levar esclarecimentos e sanar dúvidas visando a melhor elaboração dos procedimentos administrativos disciplinares Local: Estado de SC Objetivo: melhoria da qualidade do trabalho	Prejudicado em virtude da grande quantidade de operações realizadas no corrente ano, em especial, o apoio aos Jogos Pan-Americanos. A situação foi atenuada pela participação de servidores no II Curso de Atualização em Procedimentos Administrativos e I Encontro de Corregedores da Região Sul.
Controle estatístico das atividades inerentes ao aspecto disciplinar da SR/DPF/SC e suas unidades descentralizadas, com a elaboração de banco de dados regional Local: Estado de SC Objetivo: aprimorar meios de controle	Desnecessário em função da nova sistemática de alimentação de dados e da disponibilidade de informações no Sistema de Apoio Disciplinar - SAD.
Controlar a tramitação dos procedimentos administrativos e seus resultados perante a Administração e, quando for o caso, na Justiça Local: Estado de SC Objetivo: aprimorar meios de controle	Em parte, realizado através do SAD e consultas aos sites da Justiça.
Uniformizar os procedimentos disciplinares no aspecto formal Local: Estado de SC Objetivo: facilitar o trabalho das Comissões Permanentes de Disciplina	Já está disponibilizado o acesso aos modelos eletrônicos de PAD, mediante autorização do NTI.

Foram instaurados 8 processos administrativos disciplinares e 30 sindicâncias.

5.3 Treinamento e Desenvolvimento

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	PARTICIPANTES
IV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas das Servidoras responsáveis pela CSD/SR/SC	02
XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto de servidores do SETEC/SR/SC	01

Também foram submetidos a ações de capacitação 270 servidores, o que representa 56 por cento do efetivo, sem custos à unidade gestora, eis que os treinamentos foram realizados em parceria com outros órgãos públicos.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

Não se aplica.

8. Operações de fundos

Não se aplica.

ANEXO A

Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais

(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica a apresentação de demonstrativo, porque não houve tomadas de contas especiais, no período.

ANEXO B

**Demonstrativo de Perdas, Extravios ou Outras Irregularidades
(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica a apresentação de demonstrativo, porque não houve perdas, extravios ou outras irregularidades, no período.

ANEXO C
Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C1 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
1.065,10	4.103,42	15.071,09

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de bens e serviços em regime de suprimento de fundos - utilização da função crédito	Utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal conforme Decreto 5.355/2005.	- Titular do suprimento de fundos - superintendente regional	15.071,09
TOTAL			15.071,09

Tabela C2 – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
10.594,00	50.557,00	41.619,00

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

fl. 93/112

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de expediente para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	84,40
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de expediente para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	6,53
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de expediente para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	11,50
Compra com CPGF modalidade crédito	alimentação de custodiados.	José Elói Werner Junior	44,10
Compra com CPGF modalidade crédito	combustível.	José Elói Werner Junior	52,74
Compra com CPGF modalidade crédito	combustível.	José Elói Werner Junior	81,65
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de garrafa térmica para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	69,90
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de expediente para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	25,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de ferramenta e material de reparo.	Anfrísio Fernandes Ladeira	155,85
Compra com CPGF modalidade crédito	combustível.	José Elói Werner Junior	150,06
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material elétrico para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	41,20
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material elétrico para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	9,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de jardinagem para a DPF/LGE/SC	Alex Becker Philippi	21,44
Compra com CPGF modalidade crédito	Material para manutenção.	Aurélio R. B. de Macedo	130,70
Compra com CPGF modalidade crédito	Materiais para navegação.	Aurélio R. B. de Macedo	365,10
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material eletrônico.	Indalécio Pinheiro Junior	30,00
Compra com CPGF modalidade crédito	aquisição de material para manutenção.	Indalécio Pinheiro Junior	272,80
Compra com CPGF modalidade crédito	aquisição de material para manutenção.	Indalécio Pinheiro Junior	7,00
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material médico.	Vaurirei Alves da Silva	30,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.94/112

Compra com CPGF modalidade crédito	Material para manutenção.	José Elói Werner Junior	94,30
Compra com CPGF modalidade crédito	Material para manutenção.	José Elói Werner Junior	27,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para o gabinete odontológico.	Zilton Antonio da Silveira	414,95
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de combustível.	Eduardo Marques Cardoso	80,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de combustível.	Eduardo Marques Cardoso	125,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de combustível.	Eduardo Marques Cardoso	116,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para manutenção.	Eduardo Chacklian	23,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de consumo.	Marcelo Queiroz Braga	327,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de consumo.	Marcelo Queiroz Braga	40,20
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de cozinha.	Marcelo Queiroz Braga	117,80
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de mesa.	Marcelo Queiroz Braga	18,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material elétrico/eletrônico.	Marcelo Queiroz Braga	762,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de consumo.	Marcelo Queiroz Braga	29,10
Compra com CPGF modalidade crédito	Conserto de três aparelhos de fax.	Marcelo Queiroz Braga	203,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material elétrico/eletrônico.	Marcelo Queiroz Braga	147,10
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material eletrônico.	Indalécio Pinheiro Junior	46,00
Compra com CPGF modalidade crédito	aquisição de carimbo.	Indalécio Pinheiro Junior	35,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material de expediente.	Indalécio Pinheiro Junior	16,45
Compra com CPGF modalidade crédito	aquisição de carimbo.	Indalécio Pinheiro Junior	189,00
Compra com CPGF modalidade crédito	aquisição de material eletrônico/eletrônico.	Indalécio Pinheiro Junior	5,90
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Compra com CPGF modalidade crédito	aquisição de material eletrônico/eletrônico.	Indalécio Pinheiro Junior	147,18

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.95/112

Compra com CPGF modalidade crédito	aquisição de material elétrico/eletrônico.	Indalécio Pinheiro Junior	103,57
Compra com CPGF modalidade crédito	serviços de fotocopiadora.	Indalécio Pinheiro Junior	160,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Medicamentos.	Roseli da Silva	30,35
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de expediente.	Roseli da Silva	219,82
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de expediente.	Roseli da Silva	130,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Carimbos, tinta e refis.	Roseli da Silva	304,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Tubo DVD-R	Roseli da Silva	59,00
Compra com CPGF modalidade crédito	DVD-R	Roseli da Silva	30,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Compensados.	Roseli da Silva	69,39
Compra com CPGF modalidade crédito	Compensados.	Roseli da Silva	14,16
Compra com CPGF modalidade crédito	Compensados.	Roseli da Silva	83,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material hidráulico.	José Elói Werner Junior	92,80
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de ferramenta.	José Elói Werner Junior	76,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de papel A4	Ana Claudia Mastella Couto	64,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para manutenção	Ana Claudia Mastella Couto	8,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de um registrado AZ	Ana Claudia Mastella Couto	49,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para manutenção	Ana Claudia Mastella Couto	2,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de controle 433.	Ana Claudia Mastella Couto	40,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para o gabinete odontológico.	Zilton Antonio da Silveira	129,50
Compra com CPGF modalidade crédito	papel A4	Zilton Antonio da Silveira	38,70
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Compra com CPGF modalidade crédito	Pasta sanfonada.	Marcelo Queiroz Braga	23,24

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.96/112

Compra com CPGF modalidade crédito	material elétrico	Anfrísio Fernandes Ladeira	61,29
Compra com CPGF modalidade crédito	material eletrônico	Anfrísio Fernandes Ladeira	250,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Suporte prat. fixo.	Roseli da Silva	70,32
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de comunicação.	Roseli da Silva	95,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de expediente	Denis Peters	177,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material laboratorial	Denis Peters	100,40
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de expediente	Denis Peters	38,30
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de bateria 12v para controle	Ana Claudia Mastella Couto	35,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de parafusos e madeira de pinnus	Ana Claudia Mastella Couto	30,52
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de parafusos e cantoneiras	Ana Claudia Mastella Couto	50,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Manutenção de equipamentos de informática, funilaria e mecânica.	Anfrísio Fernandes Ladeira	712,55
Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	50,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de proteção e segurança	Denis Peters	50,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material de processamento de dados	Denis Peters	160,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material para áudio, vídeo e foto	Denis Peters	118,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de expediente	Denis Peters	19,65
Compra com CPGF modalidade crédito	material para áudio, vídeo e foto	Denis Peters	139,50
Compra com CPGF modalidade crédito	material laboratorial	Denis Peters	242,30
Compra com CPGF modalidade crédito	material laboratorial	Denis Peters	106,80
Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	411,08
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de proteção e segurança	Denis Peters	57,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.97/112

Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	280,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	42,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material para áudio, vídeo e foto	Denis Peters	17,38
Compra com CPGF modalidade crédito	material para áudio, vídeo e foto	Denis Peters	51,08
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de expediente	Denis Peters	19,20
Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	331,80
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para manutenção.	Indalécio Pinheiro Junior	301,82
Compra com CPGF modalidade crédito	Serviços de mecânica e injeção.	Anfrísio Fernandes Ladeira	75,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Carimbos.	Roseli da Silva	18,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Material de expediente.	Roseli da Silva	115,50
Compra com CPGF modalidade crédito	Material informática.	Roseli da Silva	224,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de materiais para manutenção predial.	Marcos Giovanni L. Gomes	242,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de combustível.	Marcos Giovanni L. Gomes	50,04
Compra com CPGF modalidade crédito	Diesel.	Marcos Giovanni L. Gomes	80,01
Compra com CPGF modalidade crédito	Abertura de portas e trancas.	Marcos Giovanni L. Gomes	108,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Dispositivo de segurança viatura Frontier.	Marcos Giovanni L. Gomes	400,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Materiais diversos.	Marcos Giovanni L. Gomes	136,85
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de cartuchos de impressão.	Denis Peters	200,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material laboratorial	Denis Peters	217,20
Compra com CPGF modalidade crédito	material para manutenção de bens móveis e segurança	Denis Peters	55,20
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	14,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.98/112

Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	253,54
Compra com CPGF modalidade crédito	Material elétrico e eletrônico	Denis Peters	57,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material de expediente	Denis Peters	77,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material de expediente	Denis Peters	31,20
Compra com CPGF modalidade crédito	Ferramentas	Denis Peters	65,00
Compra com CPGF modalidade crédito	material laboratorial	Denis Peters	90,50
Compra com CPGF modalidade crédito	material bibliográfico	Denis Peters	9,90
Compra com CPGF modalidade crédito	material hospitalar	Denis Peters	117,76
Compra com CPGF modalidade crédito	material de expediente.	Roseli da Silva	282,42
Compra com CPGF modalidade crédito	óculos para custodiado.	Roseli da Silva	100,00
Compra com CPGF modalidade crédito	colchonetes.	Roseli da Silva	240,00
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para manutenção.	Julio César Sarneski	76,15
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para manutenção.	Julio César Sarneski	640,48
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de material para manutenção.	Julio César Sarneski	6,10
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de camarão.	Julio César Sarneski	122,40
Compra com CPGF modalidade crédito	Serviços de abertura de portas, colocação de fechadura e fixação de fechadura.	Julio César Sarneski	660,87
Compra com CPGF modalidade crédito	Aquisição de encadernações espirais.	Julio César Sarneski	4,00
Total			15.071,09

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

fl. 99/112

Tabela C3 – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007.

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque em 29/01/2007	Pagamento de serviço de embreagem (parcial), manutenção em ar condicionado, cartucho remanufaturado. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	100,00
Saque em 30/01/2007	Pagamento de kit de embreagem. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	800,00
Saque em 31/01/2007	Pagamento de serviço de embreagem (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	324,00
Saque em 09/02/2007	Pagamento de taxa de limpeza e energia Náutica Fair 2007 e banner laminado. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Aurélio R. B. de Macedo	430,00
Saque em 27/02/2007	Material de experidente, material elétrico, material de consumo e serviços de terceiros. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	532,00
Saque em 28/02/2007			238,00
Saque em 28/02/2007			190,00
Saque em 28/02/2007			42,00
Saque em 27/02/2007	Manutenção relógio protocolador. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	300,00
Saque em 28/02/2007	Aquisição bobina térmica. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	150,00
Saque em 14/02/2007	Pagamento de cartuchos remanufaturados. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	20,00
Saque em 15/02/2007	Aquisição de carimbos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	252,00
Saque em 27/02/2007	Pagamento de cartuchos remanufaturados. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	90,00
Saque em 05/03/2007	Material de experidente, material elétrico, material de consumo e serviços de terceiros. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	500,00
Saque em 05/03/2007			17,00
Saque em 12/03/2007			525,00
Saque em 13/03/2007			780,00
Saque em 01/03/2007	Aquisição de Toner. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	300,00
Saque em 01/03/2007	Manutenção painel de senhas. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	250,00
Saque em 02/03/2007	Aquisição de fita Nylon. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	760,00
Saque em 12/03/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	170,00
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor

**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007**

fl.100/112

Saque em 27/03/2007	Aquisição de material de expediente e para manutenção, além de combustível. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	800,00
Saque em 28/03/2007	Cópias de documentos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	500,00
Saque em 15/03/2007	Aquisição de carimbos e serviços de impressão em bloco. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	230,00
Saque em 26/04/2007	Pagamento serviço de reparo nos equipamentos eletrônicos Rádio VHF. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Aurélio R. B. de Macedo	75,00
Saque em 02/04/2007	serviço de lataria e pintura em veículo oficial. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	360,00
Saque em 02/04/2007	Aquisição de banner digital interno. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	120,00
Saque em 05/04/2007	Aquisição de correia b47. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	60,00
Saque em 23/04/2007	Aquisição de arquivo morto. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	250,00
Saque em 24/04/2007	Renovação registro de aeródromo. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	300,00
Saque em 11/04/2007	Material de expediente, de consumo e combustível. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	310,00
Saque em 05/04/2007	Pagamento de selos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	10,00
Saque em 09/04/2007	Aquisição de carimbos e parcial de cartuchos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	310,00
Saque em 09/04/2007	Aquisição de cartuchos (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	30,00
Saque em 11/04/2007	Conserto fonte. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	40,00
Saque em 13/04/2007	Aquisição de sirene corneta e selos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	48,00
Saque em 23/04/2007	Aquisição de controle avulso e bateria para controle. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	40,00
Saque em 24/04/2007	Pagamento de sacho e cabo, carta simples. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Alex Becker Philippi	20,00
Saque em 04/05/2007	Aquisição de material eletrônico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	180,00
Saque em 22/05/2007	Aquisição de ferramentas. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	290,00
Saque em 24/05/2007	Aquisição de material eletrônico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	100,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.101/112

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque em 30/05/2007	Serviço de gravação. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	600,00
Saque em 11/05/2007	Aquisição de folhas com brasão da PF. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	320,00
Saque em 22/05/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	460,00
Saque em 23/05/2007	Serviços de troca de segredo e cópias de chave. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	30,00
Saque em 31/05/2007	Aquisição de papel A4. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	500,00
Saque em 31/05/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	100,00
Saque em 09/05/2007	Aquisição de carimbos e conserto de persianas. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	500,00
Saque em 10/05/2007	Limpeza de fossa. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	60,00
Saque em 24/05/2007	Aquisição de material de expediente, de consumo. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	352,00
Saque em 01/06/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Eduardo Chacklian	550,00
Saque em 11/06/2007	serviços de manutenção do relógio protocolador, colocação de película e conserto de motores de portões. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	330,00
Saque em 13/06/2007	serviços de manutenção do relógio protocolador, colocação de película e conserto de motores de portões. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	300,00
Saque em 27/07/2007	Pagamento parcial de material para manutenção. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Eduardo Chacklian	300,00
Saque em 24/07/2007	Combustível e outros (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	170,00
Saque em 25/07/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	980,00
Saque em 25/07/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	115,00
Saque em 30/07/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	40,00
Saque em 03/07/2007	Pagamento de lâmpada, luva supermax, sacos, luvas, álcool etílico, canetas para retroprojeter, envelope CD. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Zilton Antonio da Silveira	170,00
Saque em 13/07/2007	Serviços de plotagem. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	250,00
Saque em 19/07/2007	Aquisição de material eletrônico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	20,00
Saque em 20/07/2007	Serviço de ajuste de programação da central. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	120,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.102/112

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque em 31/07/2007	Manutenção predial, de móveis, cópia de chaves. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	500,00
Saque em 05/07/2007	Aquisição de carimbos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	62,00
Saque em 17/07/2007	Aquisição de carimbos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	60,00
Saque em 19/07/2007	Aquisição de carimbos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	20,00
Saque em 10/07/2007	serviços de manutenção do relógio protocolador, colocação de película e conserto de motores de portões. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	200,00
Saque em 12/07/2007	serviços de manutenção do relógio protocolador, colocação de película e conserto de motores de portões. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Vaurirei Alves da Silva	180,00
Saque em 13/08/2007	Aquisição de combustível. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Eduardo Marques Cardoso	470,00
Saque em 14/08/2007	Aquisição de combustível. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Eduardo Marques Cardoso	10,00
Saque em 29/08/2007	Serviço de capotaria e aquisição de combustível. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Eduardo Marques Cardoso	160,00
Saque em 06/08/2007	Aquisição de sacos plásticos (total) e de materiais para manutenção (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Eduardo Chacklian	120,00
Saque em 09/08/2007	Aquisição de material para manutenção (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Eduardo Chacklian	200,00
Saque em 03/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	134,00
Saque em 07/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	250,00
Saque em 08/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	58,00
Saque em 09/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	240,00
Saque em 14/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	80,00
Saque em 15/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	220,00
Saque em 16/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	40,00
Saque em 16/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	546,00
Saque em 24/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	180,00
Saque em 28/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	80,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.103/112

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque em 31/08/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	250,00
Saque em 02/08/2007	Conserto de equipamento. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	90,00
Saque em 03/08/2007	Aquisição de material para manutenção. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	60,00
Saque em 09/08/2007	Aquisição de Hélice p/ springer e material para manutenção. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	390,00
Saque em 14/08/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	10,00
Saque em 24/08/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	50,00
Saque em 01/08/2007	Material de expediente, de consumo e combustível. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	500,00
Saque em 10/08/2007	Material para manutenção predial e de consumo e serviços de reprografia. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	500,00
Saque em 16/08/2007	Serviços de reprografia, de manutenção predial e de bens móveis. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	500,00
Saque em 28/08/2007	Manutenção de móveis. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	500,00
Saque em 01/08/2007	Aquisição de 01 botijão de GLP. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	36,00
Saque em 09/08/2007	Aquisição de um chave tetra e ma chave Yale. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	12,00
Saque em 16/08/2007	Aquisição de P4911. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	32,00
Saque em 16/08/2007	Aquisição de semalha. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	140,00
Saque em 08/08/2007	Aquisição de grafite. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Zilton Antonio da Silveira	10,00
Saque em 03/09/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	225,00
Saque em 04/09/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	210,00
Saque em 14/09/2007	Itens diversos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcelo Queiroz Braga	514,00
Saque em 12/09/2007	Aquisição de reposição 201 Imperatriz - PP. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	352,00
Saque em 18/09/2007	Aquisição de material de consumo. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	58,00
Saque em 24/09/2007	Aquisição de chapa de MDF. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	420,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.104/112

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque em 20/09/2007	Aquisição de material eletrônico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	160,00
Saque em 04/09/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	250,00
Saque em 21/09/2007	Manutenção de móveis. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	490,00
Saque em 24/09/2007	Aquisição de material eletrônico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	430,00
Saque em 20/09/2007	Manutenção predial e instalação de equipamentos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	José Elói Werner Junior	300,00
Saque em 10/09/2007	Pagamento de serviços de suspensão. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Ana Claudia Mastella Couto	70,00
Saque em 01/10/2007	Serviço de manutenção e montagem em bancadas. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	780,00
Saque em 04/10/2007	Serviço de pintura em containers. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	392,00
Saque em 05/10/2007	Aquisição de circuito integrado. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	420,00
Saque em 08/10/2007	Aquisição de material de expediente. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	412,00
Saque em 22/10/2007	Aquisição de material de consumo. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	30,00
Saque em 25/10/2007	Manutenção tonner. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Anfrísio Fernandes Ladeira	32,00
Saque em 05/10/2007	Aquisição de material para manutenção da rede e serviços de manutenção de equipamentos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	370,00
Saque em 18/10/2007	Manutenção de móveis. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	800,00
Saque em 09/10/2007	Aquisição de material de expediente e material eletrônico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	130,00
Saque em 17/10/2007	Aquisição de material para perícia. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	670,00
Saque em 24/10/2007	Aquisição de material para manutenção de bens móveis. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	180,00
Saque em 25/10/2007	Aquisição de material para processamento de dados. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	285,00
Saque em 22/11/2007	Serviço de instalação de equipamentos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	200,00
Saque em 28/11/2007	Manutenção de móveis. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	800,00
Saque em 30/11/2007	Chaves, conserto de placa telefônica e recarga de tonner. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	750,00

**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007**

fl.105/112

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque em 06/11/2007	material eletrônico.	Denis Peters	120,00
Saque em 19/12/2007	Prestação de serviço conserto placa de ramal analógico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Indalécio Pinheiro Junior	800,00
Saque em 14/12/2007	Aquisição de cordão personalizado e porta crachás. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	540,00
Saque em 27/12/2007	Serviços de consultoria. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Roseli da Silva	700,00
Saque em 13/12/2007	Pagamento de carga p13 (gás) e parcial da aquisição de calhas. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Júlio César Sarneski	350,00
Saque em 14/12/2007	Aquisição de box de alumínio fosco (total) e aquisição de calhas (parcial) e carimbos (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Júlio César Sarneski	600,00
Saque em 17/12/2007	Aquisição de 2 refis e carimbos (parcial), retirada de entulho (total) e recuperação de fax e telefones sem fio (parcial) e recuperação de fax e telefones. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Júlio César Sarneski	300,00
Saque em 17/12/2007	Pagamento de recuperação de fax e telefones sem fio (parcial) e parcial de reparos no telhado da garagem e conserto do banheiro (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Júlio César Sarneski	300,00
Saque em 18/12/2007	Pagamento de reforma de persianas (total) e reparos no telhado da garagem e conserto do banheiro. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Júlio César Sarneski	300,00
Saque em 18/12/2007	Pagamento de reparos no telhado da garagem e conserto do banheiro (parcial) e persianas (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Júlio César Sarneski	100,00
Saque em 21/12/2007	Pagamento de reparos no telhado da garagem e conserto do banheiro (parcial) e persianas (parcial). Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Júlio César Sarneski	540,00
Saque em 03/12/2007	GLP, mala, tintamochila, conserto de rádio e aterramento. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	720,00
Saque em 11/12/2007	Película e outros. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	150,00
Saque em 11/12/2007	Equipamentos de resgate e outros. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	460,00
Saque em 19/12/2007	carimbos. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	310,00
Saque em 20/12/2007	Materiais de primeiros socorros. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	28,00
Saque em 24/12/2007	Jardinagem, água mineral e medicamento. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	545,00
Saque em 24/12/2007	Combustível. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Marcos Giovanni L. Gomes	20,00
Saque em 11/12/2007	Material para acondicionamento e embalagem. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	66,00
Saque em 11/12/2007	Material elétrico e eletrônico. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	10,00
Saque em 19/12/2007	material laboratorial. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	540,00

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.106/112

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Saque em 20/12/2007	material laboratorial e outros materiais de consumo. Efetuado saque devido impossibilidade de pagamento na modalidade crédito.	Denis Peters	390,00
Total			1.619,00

ANEXO D
Recomendações de Órgãos de Controle

(item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	ACORDÃO/DECISÃO			
1				
2				
3				
4				

Não se aplica a apresentação de demonstrativo, porque não houve recomendação ou determinação emanda do Tribunal de Contas da União à Superintendência Regional do DPF em Santa Catarina.

2. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	RELATÓRIO DE AUDITORIA			
1	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	5.1.1.1 – Falhas nos procedimentos de entrega de declaração de bens e rendas	Foi cobrada apresentação da Declaração de Imposto de Renda dos servidores que ainda não haviam apresentado.	Todas as Declaração de IR foram recebidas no SRH.
2	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	1.2.1.1 – Condições inadequadas do arquivo morto	Serão acatadas as recomendações da CGU para adequação do arquivo morto.	Os resultados serão obtidos no exercício de 2008.
3	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	2.1.1.2 – Improriedades em pagamentos e comprovantes de despesas realizadas por suprimento de fundos	Para eliminar a falha detectada, passou-se a emitir documentação instrutiva ao suprido para que este fique atento e restringa-se ao estabelecido em Instruções Normativas e no Decr. 5355/05.	Após a medida adotada melhoram sensivelmente o enquadramento e a qualidade das prestações de contas.
3	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	2.1.1.3 – Utilização irregular de suprimento de fundos	Foi instaurada Sindicância contra o servidor Dirceu Leoni para apuração dos fatos.	A medida serviu de referencial para evitar novas irregularidades.

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.109/112

4	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	2.1.2.1 – Ausência de justificativa para saques com CPGF	Problema sanado através da apresentação de justificativas nos respectivos processos de comprovação, bem como orientação para os atuais usuários não repetirem os mesmos erros.	Problema sanado.
5	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	4.1.1.1 – Pregão eletrônico com falha na formalização do processo	Adoção de maior rigor nos procedimentos licitatórios para que não sejam desrespeitados os prazos para apresentação de documentação de habilitação, conforme legislação vigente.	Podemos afirmar que esta foi uma ocorrência única nos procedimentos licitatórios realizados nos últimos anos. Ainda assim, consideramos que o maior rigor adotado contribua para que não ocorram erros futuros.
6	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	4.1.1.2 – Ausência de assinatura das testemunhas nos contratos celebrados	Passou-se à análise de todos os contratos em vigor para verificação de todas as formalidades exigidas e está sendo dispensada maior atenção aos novos contratos para que o erro não se repita.	Os Contratos em vigor não apresentam mais os problemas anteriormente detectados.
7	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	4.2.1.1 – Dispensa de licitação para aquisição de material de consumo com falha na formalização do processo	Acatadas todas as recomendações constantes no Relatório.	Os processos não apresentam mais as falhas detectadas.

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007

fl.110/112

8	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	4.2.1.2 – Falha no planejamento na realização de contratação direta	Referente processo foi encaminhado ao NAJ/AGU para análise e parecer.	Para evitar eventual falha, todos os processos de contratação direta passarão pela NAJ/AGU, para análise, antes de prosseguimento.
9	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	4.2.2.1 – Falhas na fiscalização e no controle dos contratos de combustíveis	Foi encaminhado memorando aos fiscais dos contratos solicitando maior atenção e às regras estipuladas. Ainda, foram efetuados levantamentos nos pagamentos realizados no período 2005 a 2007 para regularização das deficiências descritas pelo Relatório.	Sensível melhora nos resultados, após adoção dos procedimentos solicitados e correção dos erros anteriores.
10	Tomada de Contas Anual – Relatório nº 189630 de 20/06/2007 – exercício 2006 – Processo nº 08490.003798/2007-63	4.4.1.1 – Deficiências na alimentação do SIASG	Foi providenciada a inclusão de todos os contratos no SIASG e será designado servidor para essa atribuição para que a falha não mais aconteça.	Foi reregularizada a falha apontada.

ANEXO E

Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)

Não se aplica a apresentação de demonstrativo, porque não houve transferências realizadas no período pela SR/DPF/SC.

ANEXO F
Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados
no exercício de 2007
(conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC *
Admissão	29	*
Desligamento	22	*
Aposentadoria	12	*
Pensão **	-----	-----

* Não são efetuados registros no sistema SISAC no âmbito da superintendência.

** Informação solicitada ao SEAP/CRH/DRH/DPF através do Ofício 2095/2008 – SRH/SR/SC.